



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2219/15	DATA: 27/10/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 18h17min	PÁGINAS: 102

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Advogado da empresa CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, do empresário Alberto Youssef.
ALBERTO YOUSSEF - Empresário investigado pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressão ininteligível.
Houve manifestações na plateia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 19ª Reunião.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Rocha.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar depoimento dos Srs. Carlos Alberto Pereira da Costa, advogado, inclusive do Sr. Alberto Youssef, e do próprio Alberto Youssef, empresário.

Vou explicar os procedimentos. Devido o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa ter voo para hoje à noite, e o do Sr. Alberto Youssef apenas para amanhã, nós ouviremos, em primeiro lugar, o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa — deve ser um depoimento de menor tamanho —, e, na sequência, passaremos ao Sr. Alberto Youssef.

Convido o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa a tomar assento à Mesa. Pode vir acompanhado de sua advogada, a Defensora Pública da União.

(Pausa.)

Solicito ao Sr. Alberto Youssef que aguarde o momento de tomada do seu depoimento na sala da CPI. Já que os depoimentos podem apresentar contradições entre os mesmos, é imprescindível que um não tome conhecimento do depoimento do outro, até porque o depoimento do Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa pode servir de subsídio para os Parlamentares questionarem o Sr. Alberto Youssef em relação a outros temas.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.



O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para as interpelações; os Sub-Relatores, de 10; autores de requerimento, de 5, e cada Deputado inscrito terá 3 minutos.

Tendo em vista a apresentação de *habeas corpus*, fica o depoente dispensado de assinar o termo de compromisso.

Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa, por até 20 minutos, para explicar em que situação se encontra aqui neste momento. Depois, darei a palavra ao Relator, que já está na Casa. S.Exa. já está chegando, deslocando-se do seu gabinete para cá.

Queria, mais uma vez, Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa, agradecer a presença — e queria que o senhor prestasse muita atenção — dessas senhoras e senhores que estão ali, servidores da FUNCEF e do POSTALIS, também vejo alguns da PETROS. (*Palmas.*) Eles são presença constante nesta Casa, porque são os grandes prejudicados por todos esses desvios que estão sendo investigados pela nossa Comissão. Infelizmente, com 2 meses apenas de CPI já é possível descobrir quem perdeu. Quem perdeu foram os aposentados, os pensionistas, as viúvas, os beneficiários. Porém, agora vamos para cima de quem ganhou, porque dinheiro não desaparece; dinheiro muda de mão. Se eles tiveram prejuízo, alguém ganhou em cima do prejuízo deles, e esta é a missão desta CPI. (*Palmas.*)

Com a palavra. O senhor dispõe de 20 minutos.

Ali no relógio digital, o senhor pode se orientar quanto à sua participação, ao tempo em que convido o Relator, Deputado Sérgio Souza, para tomar assento à Mesa.

Pode iniciar sua palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Obrigado, Presidente. Boa tarde, Excelências e senhores funcionários dos Fundos de Pensão, fui convidado, convocado, na verdade, para vir aqui prestar os esclarecimentos de fatos que eu tive conhecimento através dos serviços que eu prestei inicialmente para uma empresa chamada CSA e, posteriormente, para a GFD Investimentos, que era a



empresa de propriedade do Sr. Alberto Youssef. O primeiro fato que eu tomei conhecimento foi no ano de 2005, referente a uma operação de emissão de CCB, na qual o Sr. Cláudio Mente, que era um dos sócios da CSA, relatou-me que esse papel, essa CCB de 13 milhões, seria tomado pela PETROS, mediante a condição de pagamento de propina. Isso foi, depois de 1 ano, aproximadamente, de negociações e se concretizou no início de 2006. Posteriormente, já agora, bem mais recentemente, com a emissão de debêntures da empresa Marsans, o objetivo também era colocar essas debêntures em pelo menos dois fundos de pensão, que o Sr. Alberto estava prospectando: colocar no POSTALIS e na FUNCEF. Para tanto, chegou a falar com... Pelo relato que o Sr. Alberto me disse, ele havia falado com o filho do Senador Renan Calheiros, e, na FUNCEF, eu não sei com quem ele tentou falar para conseguir. Em suma, o conhecimento que eu tenho em relação a fundos de pensão se restringe a essas duas operações. Está encerrada a minha participação aqui como declarante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a contribuição do Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Sérgio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, caros colegas, Deputados aqui presentes, imprensa, Sr. Carlos Alberto, a imprensa divulga que V.Sa. seria sócio do Alberto Youssef. Isto é fato?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que V.Sa., na empresa CSA, inclusive, era o representante direto do Alberto Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Na verdade, há uma confusão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Poderia nos explicar:

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Claro! Em 2005, atendia, como advogado, o Sr. Cláudio Mente. Nesse ano, ele me convidou para que eu trabalhasse para ele...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem é Cláudio Mende?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Cláudio Mente é um sócio... Cláudio Augusto Mente é um dos sócios da CSA Project Finance.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu o atendia na pessoa física e nas empresas que ele tinha, em ações, e ele me convidou para trabalhar na CSA como advogado da CSA. E assim eu aceitei. Ele me pediu, inclusive... Como ele alegava não poder ter o nome na sociedade, por uma questão que ele estava resolvendo junto a algumas operações que ele havia realizado em outra empresa, então, ele me pediu que eu colocasse 10% da empresa CSA em meu nome.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, o senhor virou sócio da CSA?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sócio de direito, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A pedido do Cláudio Mente?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mente?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - E o Rubens de Andrade, que era o sócio majoritário, com 90%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na verdade, então, de direito. O senhor só era sócio de direito, mas não de fato? É isto?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não de fato. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por que V.Sa. aceitou ser sócio?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Nessa época, o que me foi relatado é que seria por um período curto, que o Rubens tinha que substituir um sócio existente, e que, posteriormente, o Sr. Cláudio entraria na sociedade com os 50%, que, inicialmente, me foi dito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a esse tempo o senhor já advogava para o Alberto Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Eu só conheci o Alberto Youssef posteriormente, no ano de 2007...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso aqui foi em 2006, então? É isto?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Em 2005.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2005.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Em 2007, o Cláudio Mente disponibilizou uma sala do escritório da CSA para o ex-Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2007?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Onde era a sede da CSA?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - A CSA ficava em São Paulo, no Itaim Bibi, na rua Pedroso Alvarenga.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a CSA fazia o quê, exatamente?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Era uma empresa de estruturação financeira, uma consultoria para estruturação financeira, *project finance*. Objetivava fazer uma estruturação de quem tivesse recebíveis de longo prazo e, com essa estruturação, possibilitar a captação de recursos através de uma emissão de debêntures, de CCBs ou de outro instrumento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela já operava com fundos de pensão nessa época?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Segundo o que me foi relatado, eles já vinham de outra empresa — o Rubens e o Cláudio — e já atuavam com essa função.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Sr. João Vaccari frequentava a sede da CSA?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. Eu cheguei a vê-lo, pelo menos duas vezes certamente. Ele ia lá falar com o Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com o Cláudio Mente. O senhor tem conhecimento do assunto que eles tratavam?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que me foi relatado pelo Cláudio Mente é que eles tratavam de investimentos do fundo de pensão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual fundo de pensão?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - PETROS. Há notícia de que... E aqui colocam até... Isso foi veiculado pelo *Jornal Nacional* em 2014, no mês 11. Segundo



a reportagem, a POSTALIS teria aplicado 40 milhões em um fundo do banco BNY Mellon, por meio de uma gestora de investimento indicada por Alberto Youssef. Segundo o jornal, os fundos de pensão de funcionários das estatais são descritos como “clube do amém”.

O que o senhor pode nos dizer a respeito dessa expressão? E gostaria de saber se V.Sa. tinha conhecimento.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tinha conhecimento desses fatos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E, na sequência, vem aqui:

“A conexão entre os fundos de pensão, João Vaccari e o doleiro Alberto Youssef já tinha sido apontada pelo advogado Alberto Pereira da Costa, considerado pela Polícia Federal como laranja do doleiro. Ele disse à polícia e à Justiça que a PETROS adquiriu 13 milhões em créditos da Indústria de Metais do Vale (...).”

Não sei se é da Vale ou do Vale. Aqui está escrito “do Vale”.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Do Vale.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Do Vale?

“(...) como parte de um acerto que incluiu o pagamento de 500 mil em propina a dirigentes do fundo.”

E aqui fala que o dinheiro foi repassado a três intermediários identificados como Cláudio Mente, Rubens de Andrade e Antonio Bahia.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Esses eram sócios da CSA.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor tem conhecimento, então, dessa propina de 500 mil?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. Isso foi o meu relato para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E foram entregues para quem esses 500 mil?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Os recursos que foram desviados da IMV foram entregues em espécie para o Sr. Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O que é IMV?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Indústrias Metais do Vale.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Foram tirados da indústria e repassados para quem?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cláudio Mente, que é sócio da CSA, da qual V.Sa. passou a ser sócio de direito, com 10% em 2005?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E esses 500 mil, aqui diz que eram para diretores da PETROS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso foi relatado pelo Cláudio, que a negociação que ele fez para a colocação dessa CCB de 13 milhões, ele tratou desses assuntos com o Sr. Humberto, que era um funcionário da PETROS e um diretor que estava acima do Sr. Humberto, cujo nome eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está dizendo o seguinte: que essa propina teria sido entregue ao Sr. Humberto e a mais um diretor, é isto?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. O que o Cláudio Mente me disse foi que estes senhores é que receberam a propina.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em relação à FUNCEF, também aqui em depoimento nesta CPI, foram citados o nome do Sr. Carlos Borges e também o nome da empresa CSA.

Como sócio da CSA, o senhor sabe me dizer se houve alguma operação entre a CSA — ou administrada ou direcionada pela CSA — e o fundo FUNCEF?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tenho conhecimento. Também não conheço Cláudio Borges.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom, Sr. Presidente. Por enquanto é isto, reservando-nos o direito hoje de fazer perguntas restantes ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que todo o enredo e toda a trama que esta CPI tem que desvendar começa a



ser descortinada. Talvez seja a oitiva mais objetiva no sentido de revelar o enredo e os atores.

Com precisão cirúrgica e muito objetivamente, o depoente fala sobre dois casos concretos: sobre a ação do ex-tesoureiro do PT, Vaccari, a presença dele na coordenação do processo de decisão, e dois casos muito objetivos — um que se concretizou e outro que, pelo que eu entendo, se frustrou por artimanhas do destino, pela prisão do doleiro Alberto Youssef.

Então, eu queria aprofundar um pouco, para ficar muito bem registrado, porque a contadora do Dr. Alberto Youssef, também no depoimento na CPI da PETROBRAS, foi muito rica e precisa em detalhes, em relação à operação, à montagem dos investimentos dos fundos na Marsans, uma empresa voltada para o turismo, parece-me. Havia já... Já estava nos trilhos a captação de 50 milhões de reais de dois fundos. E, como se vê, há uma interface direta do tesoureiro do PT, Vaccari, com o processo de decisão, contatos pessoais, presença na empresa que estrutura essas operações. E logo depois até saberemos, porque parece que, pouco antes de a Operação Lava-Jato efetivar a prisão, no dia 12 de março, o Alberto Youssef esteve em Brasília, para fechar os termos...

Então, nessa operação de captação de 50 milhões para esse fundo que suportava um projeto de expansão da Marsans, quem eram os contatos nos dois fundos?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Como eu relatei, o que eu tenho conhecimento, o que me foi dito pelo Alberto Youssef, para o fundo POSTALIS, ele estava falando ou viria a falar com o filho do Senador Renan Calheiros. Em relação à FUNCEF, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - De quem era o contato?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que a operação não se concretizou? Já estava nos trilhos. A Meire Poza foi muito afirmativa, você também. Por que não se concretizou?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu creio que pela deflagração da Operação Lava-Jato.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Era uma questão de dias ou semanas para um novo prejuízo se configurar.

E você mencionou que não havia mais nenhuma liderança política envolvida na estruturação, influenciando, fazendo *lobby* em favor dessa capitalização do fundo da Marsans.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, era uma emissão de debêntures de 50 milhões...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Debêntures conversíveis?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, não conversíveis. Na verdade, quem tratou desta parte da negociação foi o Alberto. A minha parte, como advogado, limitou-se a preparar a estrutura.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Na operação de lançamento total das debêntures, qual era o valor?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - 50 milhões.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ah, então, os fundos teriam 100%?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, seria uma captação de 50 milhões de debêntures.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual era o seu papel preciso nas empresas do doleiro Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu fui contratado para ser um procurador de uma empresa patrimonial dele. Isso foi em 2009.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas, na sequência, você assumiu novas funções?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, minha função sempre foi como procurador da GFD, que era uma empresa patrimonial.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Era uma função mais interna ou externa?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Era uma função...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Você tinha contato com agentes de mercado?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Não tinha contato com agentes políticos, não. Meu objetivo era, na verdade, fazer a gestão e atuar como procurador da empresa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor conhece o Ari Ariza?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Conheci um senhor Ari. Não sei o sobrenome dele. Conheci no escritório do Alberto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Parece que era uma pessoa que tinha muita desenvoltura no meio dos fundos de pensão.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, o que me foi dito, inclusive pela Meire Poza, é que ele atuava como um colocador de papéis em fundos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Agora, a outra operação, que, se eu estiver enganado me corrija: havia um projeto de ferro-gusa, com uma tecnologia avançada, que acabou micando, e estava ancorado num contrato de consumo cativo da Votorantim...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...mas que era, quer dizer, era só um compromisso de compra da produção, que não se efetivou.

E aí todos os atores estão envolvidos. Na verdade, o senhor teve contato direto com Humberto Pires Gault, que hoje ainda é uma pessoa que transita nos fundos, é gerente de um dos fundos, ainda hoje, da FUNCEF. Foi afirmado para o senhor que os 500 mil de propina que foram sacados em espécie seriam direcionados, entre outros, para o Dr. Humberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso. Foi-me dito pelo Cláudio Mente. Conheci o Sr. Humberto na PETROS, em reunião com ele e com o advogado da PETROS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O advogado da PETROS também estava envolvido provavelmente.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Que eu tenha conhecimento, não. Foi uma reunião para tratar da estrutura contratual da operação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem estruturou essa operação da Siderúrgica Barra Mansa? Foi a empresa de vocês?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Foi a CSA. A estrutura de contratos... Foi contratado um escritório de advocacia para...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A arquitetura do fundo que ia captar...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - No caso, eram direitos creditícios.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, oriundos do contrato de compra e venda de ferro-gusa, que era por um longo período.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E os fundos a PETROS comprou.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, a PETROS comprou 100% da CCB, porque o valor inclusive da CCB não era um valor... Segundo o que diziam, teria que ser, no mínimo, de 25 milhões para ter interesse do fundo de tomar, mas acabou tomando esse papel de 13 milhões.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E, no caso, a notícia que você tem de propina foram esses 500 mil?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, esse valor foi declinado no primeiro depoimento. Depois, foi feita a disponibilização de documentos que estavam em Barra Mansa, da empresa IMV. E se apurou que o valor do desvio do recurso foi da ordem de 3 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A empresa de vocês teve alguma interface com a Sete Brasil, com o Estaleiro Rio Grande? Você tem notícia, teve contato com o assunto?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Na verdade, a CSA basicamente atuou no período em que a IMV funcionou, e aí logo depois que a empresa IMV quebrou, parou de funcionar, a CSA também se desfez.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E você saiu da empresa?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exato.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor conheceu o José Janene?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - No setor energético, houve a tentativa de construir, junto aos fundos de pensão, participação em investimentos no setor energético, com a participação do José Janene?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Olha, na verdade, eu não participava dessas negociações. Minha função era mais burocrática, como advogado. O que eu sei é que o Deputado atuou, segundo o que me foi relatado, para tentar fechar algum tipo de contrato, com alguma empresa de distribuição de energia, mas eu não sei se chegou efetivamente a acontecer.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor citou um caso específico envolvendo a PETROS. No caso da Marsans, era FUNCEF e POSTALIS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Esse era o objetivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É isso, mas não se materializou. Na PETROS, materializou-se. Então, são exatamente os nossos três focos. É impressionante como de uma forma sintética, de uma forma simples, clara e objetiva, os atores dos enredos... O enredo está todo presente aqui. Estão todos os elementos que esta CPI... De um lado, o patrimônio dos trabalhadores está sendo dilapidado, do outro, uma trama macabra, construindo essa visão patrimonialista de apropriação de recursos públicos e de recursos de terceiros.

Eu perguntaria: a imprensa divulgou, em outubro de 2014...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicito que V.Exa. encaminhe-se para a conclusão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A apreensão do computador do doleiro Youssef — você trabalhava na retaguarda jurídica — continha 12 arquivos sobre negócios com a PETROS. O senhor confirma que, além dessa operação da Siderúrgica Barra Mansa, havia outras tantas operações com a PETROS?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, o meu negócio com Alberto aconteceu em escritórios separados. A GFD era em um escritório distinto do escritório do Alberto. Só no ano de 2013 é que o Alberto se instalou no escritório da GFD. Então, os negócios que o Alberto fazia ou tratava isso ele nunca colocava ninguém a par. Isso eram coisas que ele tratava e ele fazia. No caso da Marsans, foi uma exceção.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Para finalizar — é um pingue-pongue rápido —, o senhor teve contato pessoal, houve visita do Vaccari lá? O Dr. Alexej Predtechensky, ex-Presidente da POSTALIS, conhecido como Russo, frequentou lá? O senhor teve contato com o Presidente da POSTALIS?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu vi uma vez lá, no escritório do Alberto, mas foi de passagem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - De passagem.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E Antônio Carlos Conquista?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Henrique Jäger, Presidente da PETROS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Luis Carlos Fernandes Afonso, Presidente da PETROS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Wagner Pinheiro de Oliveira, ex-Presidente da PETROS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Carlos Alberto Caser, Presidente da FUNCEF.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Guilherme Narciso Lacerda, ex-Presidente da FUNCEF.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quanto aos diretores financeiros e jurídicos, o senhor falou que conheceu o da PETROS.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Conheci um...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor conheceu algum outro diretor? Travou relação, mensagens, correspondências?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, nenhum. Essa única reunião foi para tratar desses assuntos técnicos.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dr. Carlos Alberto, eu agradeço, porque, de forma objetiva e simples, o senhor legitimou e confirmou o sentido desta CPI. Cabe-nos aprofundar a investigação, arregaçar as mangas. Mais claro do que tudo isso que foi dito aqui é impossível.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a fala do Deputado Pestana, na visita do Sr. Vaccari, o senhor teve contato direto com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor. A reunião ocorria sempre às portas fechadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Sr. Sub-Relator. *(Pausa.)* Não se encontra.

Pela lista de inscrição, com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, é só para fazer uma constatação daquilo que todos nós sabíamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só quero esclarecer que, devido aos dois depoimentos que temos hoje, a Presidência será bastante rígida no tempo, para que possamos avançar.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Foram citados dois casos pelo depoente, que eu acho que são importantes e que, em parte, revela tudo aquilo nós já sabíamos.

Então, eu me dou por satisfeito. Fui atendido com as perguntas feitas pelo Sub-Relator e pelo Deputado Pestana. E queria aqui só agradecer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço-o pela objetividade, Deputado Rocha.

O Deputado Fausto Pinato não se encontra.

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Relator, Sr. Carlos Alberto, vou falar a partir da pergunta feita a V.Sa., anteriormente, sobre a Marsans.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Foi criado o Fundo Máxima.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Foi criado um FIP.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Um FIP, exatamente. Esse FIP, segundo o termo de delação do Sr. Alberto Youssef, atingiu vários fundos, como os fundos de



previdência social de Paranaguá, do meu Estado, do Estado de Tocantins, de Holambra, de Petrolina e de Municípios de Cuiabá. E, indagado sobre o POSTALIS, a FUNCEF, a PREVI e a PETROS, ele afirmou que nenhum desses aportaram recursos no Fundo Máxima.

Aqui entra a nossa pergunta e a nossa preocupação com os fundos de pensão. Eu vou fazer todas as perguntas e, depois, o senhor me responde. A primeira é se V.Sa. acompanhou a constituição do Fundo Máxima, que é essa FIP, que incidiu sobre esses investimentos altíssimos. A outra: V.Sa. esteve na sede de quais outras entidades de previdência complementar ou fundos de pensão, para apresentar a sua empresa, a Máxima? Se foi, quais as datas, por quem foi recebido e quais contatos resultaram positivamente para os seus negócios? Essa é uma primeira questão.

A segunda...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não, eu não tenho tempo, eu não posso; o Presidente me corta. Eu vou direto, não é, Presidente? É pela preocupação com o tempo, não é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu prefiro ir respondendo rapidamente então, para a gente depois não repassar todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Desde que seja objetivo, então, por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para que ele possa aproveitar...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Pois não, fique à vontade, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Então, a primeira pergunta: sim, participei na constituição do fundo. Esse foi um Fundo de Investimento em Participações. Foi feito com a colaboração do Banco Máxima.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Há, há.



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, o jurídico do Banco Máxima ajudou a elaborar o documento e constituiu esse fundo, que era gerido e administrado pelo Fundo Máxima.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu não participei da venda desses, de aportes para este FIP. O Sr. Ari, que foi comentado aqui, esse foi um dos senhores que trabalhou na tentativa de captação de recursos para o FIP. A Meire Poza também trabalhou na tentativa de colocação desses papéis. Eu não me recordo, mas me parece que são 7 RPPS que investiram no FIP Máxima, e depois mudou de nome e ficou FIP Viaja Brasil.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Estão entre esses, se V.Sa. se recorda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Enio Verri, só para posicionar o depoente...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O tempo é exíguo, e o Deputado Enio tem 3 minutos para a pergunta. Então, se V.Sa. puder tomar nota das perguntas, mesmo sabendo que não é o ideal, o senhor as responde em bloco depois, porque senão o próprio Deputado Enio ficará prejudicado. Assim como fiz com os demais, darei a tolerância de mais um minuto e meio.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, Sr. Carlos Alberto, a pergunta que vou lhe fazer agora é se, desses sete fundos que aplicaram lá, quatro deles eram federais, ou seja, o POSTALIS, a PETROS, a PREVI e a FUNCEF.

A outra pergunta é se V.Sa. alguma vez solicitou algum dirigente partidário, ou do PT ou do PMDB, que são partidos da base, ou algum representante dessas empresas para que influenciassem na decisão de investimentos desse FIP, a fim de compensar algum pagamento. Foi feito algum acordo com representantes partidários?

E, finalmente, uma última pergunta sobre a criação da Sete Brasil. Há um debate sobre a relação da Sete Brasil com fundos de pensão. V.Sa. tem alguma informação sobre isso? O senhor considera que a criação da Sete Brasil foi uma medida direcionada para a corrupção, ou seja, para os fundos de previdência



investirem ali? V.Sa. teve alguma informação sobre isso, sobre a relação dos fundos de previdência com a Sete Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - De trás para frente, então, em relação à Sete Brasil, não tenho conhecimento nenhum. Nunca participei. Só fiquei conhecendo, na verdade, esta empresa, depois, pelos jornais. Em relação às negociações, eu nunca participei de nenhuma negociação, com agente de nenhum fundo. Minha função era estritamente burocrática, de preparação de documentos. E, em relação à participação dos fundos, no FIP Viaja Brasil, só houve participação de fundos municipais e estaduais.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Falta a questão da relação com alguma liderança partidária.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, nunca tive nenhum... nunca fiz negociação, nunca tive contato com nenhuma Liderança partidária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado, Deputado Enio Verri.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há quanto tempo o senhor trabalha com o Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Desde 2009.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só foi a partir de 2009 que o senhor começou a trabalhar efetivamente com ele.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Acho que várias empresas foram criadas para a prestação de consultoria, serviços. Quantas foram criadas e quais eram essas empresas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Pela GFD?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode ser. Há um depoimento no sentido de que não se prestavam efetivamente os serviços, mas se faziam certos contratos. É verídico isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - A GFD, sim. Ela... Por uma necessidade de caixa, para atender à demanda da Marsans, que era uma



empresa de capital intensivo, o Sr. Alberto emitiu algumas notas, pela GFD, de comissões que ele tinha para receber. Então, não houve a prestação de serviço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A Marsans veio, e a estratégia foi partir para os fundos de pensão. Havia uma estratégia deliberada de ter os fundos de pensão como principal objeto de captação?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. O objetivo, com a compra da empresa Marsans, era fazer uma recuperação dessa empresa, colocá-la em patamar de negociação e vender essa empresa. Com a necessidade de caixa dessa empresa e, talvez, a má gestão... Enfim, agora é fácil olhar para trás e julgar, mas, com a necessidade de caixa premente e a necessidade de uma nova gestão, foi que se decidiu, então, fazer uma captação para reestruturar a empresa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas isso foi só com a Marsans, ou outras empresas de propriedade fictícia do Youssef buscaram fundos de pensão?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Neste projeto havia um grupo, chamado Grupo Marsans, e existiam várias empresas dentro desse grupo. Mas era uma única empresa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E não havia outras empresas? O Youssef não tinha outras empresas, outros negócios...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Que eu tenha...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...atrás de fundos de pensão.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor agora disse que não tratava das negociações e apenas dava apoio burocrático e jurídico. É isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exato.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Qual é a impressão, mesmo atuando dessa forma, que o senhor tem com relação à estratégia do Youssef para com os fundos de pensão? Em relação a essa articulação, esses encontros com o Vaccari, qual é a impressão que tem o senhor como cidadão?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Olha... Em relação a esses encontros, na verdade, eu não tenho conhecimento. O encontro com o Vaccari que eu mencionei aqui foi um encontro que eu presenciei entre o Cláudio



Mente e o Sr. Vaccari. Com o Alberto Youssef, eu nunca vi essas pessoas juntas, né? Eu trabalhava com o Alberto...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E nem tem nenhuma impressão pessoal do que podia estar ocorrendo?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Doutor, minha impressão pessoal é que, na verdade, ele estava buscando fazer a recuperação da empresa, dentro de uma emissão de papel, como qualquer empresa faz.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas com o pagamento de propinas.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Talvez por ser uma... uma condição para conseguir fazer a colocação de papel.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Havia um ambiente que criava uma condição através das pessoas que estavam envolvidas? Quem criava essa condição?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Veja, esta é uma impressão minha, né?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Então, assim, como eu não participei ativamente e diretamente, eu não posso dizer para o senhor quem é que criava essa situação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Esse pagamento de propina ao Cláudio, que disse que deu ao Humberto... Quais seriam outros diretores de que o senhor tem informação? Em que pese o senhor não poder afirmar, porque não viu, o senhor tem alguma informação de quem poderia ser?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O único diretor de que eu tive conhecimento era um diretor que estava acima do Sr. Humberto. Eu não me recordo o nome dele. Isso foi objeto inclusive do meu depoimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que seria o diretor que estava acima.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É, na PETROS. Isso. É o único.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bem.



Última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vou concluir.

Quanto ao Vaccari, qual era a participação efetiva dele? Ele ajudava como lobista de fundo de pensão? Qual era o papel dele?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Pelo que eu depreendi do que o Cláudio Mente me falou, sim, ele atuava como um intermediador.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele era um intermediário, um lobista para atuar em fundos de pensão, mais ou menos isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exato. Pelo que o Cláudio...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele influenciava os fundos de pensão.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Pelo que o Cláudio me disse, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor também acha que é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É. Mas, na verdade, é só uma opinião.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Samuel Moreira.

O Deputado Rubens Bueno não está presente.

O Deputado Paulo Azi está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Carlos Alberto, eu queria entender um pouco mais essa operação de quase 14 milhões. V.Sa. já trouxe algumas informações aqui. O negócio surgiu pelo Sr. João Vaccari, que apresentou o negócio à CSA, ou foi o inverso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Foi o inverso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - A CSA procurou o Sr. João Vaccari para que ele abrisse as portas do fundo de pensão? Seria isso?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Exato. Pelo que me foi relatado, é isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O.k. V.Sa. recorda se o diretor de que V.Sa. tem conhecimento era o diretor financeiro Sr. Luis Carlos Fernandes Afonso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não me recordo do nome.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - V.Sa. há pouco falou que, dos quase 14 milhões, a informação que lhe chegou é que 500 mil reais seriam destinados a pagamento de propina de pessoas ligadas à PETROS. Mas depois V.Sa. rapidamente falou que, depois de algumas apurações, o valor total do desvio foi de 3 milhões. V.Sa. poderia informar quais foram os outros beneficiários desse desvio?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, o valor de 500 mil foi o valor que inicialmente eu disse à Polícia Federal que eu imaginava que havia sido desviado desta operação. Posteriormente, com a análise dos documentos, foi apurado que o valor desviado dos 13 milhões foi de 3 milhões. Esse valor foi sacado das contas da IMV e entregue na CSA para o Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Mas V.Sa. sabe se alguma parte desse valor — V.Sa. ouviu algum comentário — teria retornado para pagar os serviços prestados pelo Sr. João Vaccari?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso eu já desconheço. Eu sei que foi... Uma parte dos recursos foi para a PETROS. Também não sei qual percentual. Segundo o que me disse o Sr. Cláudio Mente, parte desse recurso era para os sócios da CSA e parte desse recurso era para pagar a propina da PETROS.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Por último, Sr. Carlos Alberto, V.Sa. disse há pouco que iniciou uma relação com o Sr. Youssef a partir de 2009...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Mas já tinha conhecimento, até porque esse negócio, se não me engano, aconteceu em 2006.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Esse negócio, eu não... Pelo que eu tenho conhecimento, ele não teve a participação do Sr. Alberto. Em negócio com a IMV, até onde eu sei, ele não teve participação.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O.k., Presidente. É isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Paulo Azi.

Com a palavra o Deputado Andres Sanchez.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Boa tarde a todos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Vou ser rápido.

Dr. Carlos, o senhor viu o João Vaccari lá quantas vezes?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na CSA?

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - É.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Três.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Três vezes. De partido político, só ele o senhor viu lá?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - No escritório da CSA, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o José Janene, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Ele já era... Já estava afastado, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - E o senhor tem certeza de que ele fazia a intermediação, ou levava fundo, ou dava um fundo a ele?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Não tenho certeza. Estou dizendo que quem me relatou isso foi o Sr. Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor também tinha de fato... era sócio de direito em algum fundo, na Holanda ou nos Estados Unidos, em empresa do Alberto Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, foram constituídas as empresas a mando dele.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Na Holanda...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, a estruturação era um fundo holandês, com gestor nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - E o dinheiro... O senhor mandava dinheiro daqui para lá?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. Esse recurso que ingressou foi um recurso que ele alegou deter fora do País e entrou, através do Banco Central, algo em torno de 7 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Tá. O senhor conhece o Sr. Humberto Gault? Humberto Gault?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, conheço. Ele era...

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Pessoalmente?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Ex-diretor da PETROS. Estive reunido com ele lá.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor acha que ele levou... Ou o senhor sabe se ele levou...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que me foi relatado pelo Cláudio foi que ele recebeu.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Ele fez no Juizado Criminal de Curitiba... entrou com um procedimento contra o senhor para o senhor confirmar as delações. O senhor confirmou?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu não fui citado nisso aí.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor não foi citado pela...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Ainda não.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Está bom.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Andres Sanchez.

Vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. Temos, por último inscrito, o Deputado Darcísio Perondi. Na sequência, passaremos à oitiva do Sr. Alberto Youssef.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na verdade, Dr. Carlos Alberto, eu vou fazer algumas perguntas rapidinho aqui e o senhor responde depois. Eu tenho 3 minutos para colocá-las.

O senhor disse que trabalhou com o Youssef desde 2009.



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Nesse período, Youssef tinha muita ligação com os fundos de pensão. Com quantos fundos de pensão o senhor tem conhecimento de que ele negociou, cujas negociações o senhor participou — citando os nomes dos fundos de pensão?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Nenhum. Eu não participava das negociações que ele fazia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor não participava?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor tem conhecimento de que ele...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Também não tenho conhecimento, porque o escritório da GFD era separado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas depois o senhor disse que juntaram os escritórios!

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso foi já em 2013, já no final. Aí foi quando ele me relatou que o objetivo dele era colocar o fundo, as debêntures no POSTALIS e na FUNCEF.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Colocar no POSTALIS e na FUNCEF. E na PREVI?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Ele chegou a comentar, mas também foi... O objetivo era colocar em dois fundos, pelo menos, esses 50 milhões.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E ele conseguiu?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, ele conseguiu contato...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Como?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que ele me relatou que conseguiu contato era pra fazer com a FUNCEF... o POSTALIS, salvo engano, que havia falado com o filho do Senador Renan Calheiros.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - FUNCEF ou POSTALIS.

Aí eu não sei qual deles.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E ele falou com o Renan Calheiros...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Com o filho do Renan Calheiros.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com o filho do Renan.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Segundo o que ele me relatou, sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E com o filho do Presidente Lula não?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. O senhor tinha conhecimento. O senhor era advogado dele e, ao mesmo tempo, era um operador dele.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu era procurador da GFD.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, advogado, procurador.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor sabia que ele fazia lavagem de dólares, de dinheiro?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na época que eu o conheci, ele já não atuava mais como doleiro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu constituí um fundo pra que ele internalizasse os recursos que ele detinha fora do País.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E aí esse dinheiro veio para o Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. Veio para o Brasil e foram adquiridos ativos imobiliários.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Declarou?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Declarado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Declarado. E aquela senhora que trabalhava com ele que era doleira também?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É da Nelma de que o senhor fala?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nelma. É.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu só a conheci na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele deixou a atividade de doleiro... Para quem ele passou a atividade de doleiro, quem é que o substituiu?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele não lhe confidenciou?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor disse que na GFB... GF...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Dê.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tê.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Dê, de dado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De dado. A GFD emitia notas sem prestação de serviço?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Chegou a emitir algumas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Algumas. Qual é o valor, na soma?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não sei te dizer, Excelência. Talvez 7 ou 10 milhões.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sete milhões, dez milhões. De quantas notas o senhor sabe?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu acho que quatro ou cinco notas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quatro ou cinco notas. Cada uma de 6 milhões, 7 milhões?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É, não tinha um valor específico; era de acordo com o que o Alberto tinha pra receber, segundo o que ele alegava.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obviamente não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para quem eram emitidas?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Para quem eram emitidas essas notas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Foi pra Sanko Sider, foi pra Mendes Júnior e Engevix.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E Engevix. Era para esquentar dinheiro, para lavar dinheiro?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, pra receber os recursos que ele alegava ter pra receber de comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E esse dinheiro... Ele declarava essas notas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. As notas eram declaradas, e esse recurso foi todo destinado à Marsans.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - À Marsans. Só não... E pagavam imposto dessas notas também?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Pagou o imposto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então ele montava bem o aparato, o faz de conta.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, era um investimento real, não é? Era uma loja, era uma empresa que detinha quase 40 pontos de venda, 2 mil funcionários. O objetivo era recuperar a empresa e vendê-la, não é?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas as notas eram falsamente verdadeiras, então? Ou verdadeiramente falsas!

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Aí como o senhor preferir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - *(Riso.)* Daqui que vai e de lá que vem.



O Vaccari esteve lá quantas vezes com o senhor e com o Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu nunca me reuni com o Sr. Vaccari. E também nunca o vi junto com o Sr. Alberto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor disse que só tomou conhecimento da Sete Brasil antes... que não tomou conhecimento...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ...que não tomou conhecimento da Sete Brasil. Mas o senhor sabia da operação que a PETROBRAS estava fazendo para montar uma empresa que pudesse operar um sistema com um aporte de recurso da PETROBRAS, da PETROS, enfim?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, a área de petróleo eu não, não, não tinha muito...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o Youssef operava isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, na verdade, o meu objetivo dentro era a empresa patrimonial, e atuava como diretor da Marsans.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Do que Alberto operava eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele não lhe relatava essa situação?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nesses arquivos que constavam no computador do Youssef, que a Polícia Federal apreendeu, tinha algum arquivo seu?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor... Foram presos alguns arquivos seus?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Todos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Todos? E algum...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tinha... não tinha nenhuma relação com fundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E ali estavam só os seus negócios nos seus arquivos ou estavam os negócios do Youssef nos seus arquivos também?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não. O meu computador era pessoal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Era pessoal?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E da Marsans?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Era também da Marsans e da GFD.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Das duas juntas.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só para eu concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor falou que eram 500 milhões de propina de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quinhentos mil.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Quinhentos mil inicialmente...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quinhentos mil.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - ...que depois se apurou que foram 3 milhões.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Treze milhões?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Três!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Três milhões. Quem ficou com esse dinheiro?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Esse dinheiro foi entregue ao Sr. Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cláudio Mente?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E ele...



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Distribuiu entre os sócios e, segundo o que alegou, pagou a propina aos funcionários da PETROS.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Funcionários da PETROS. Lembra-se de alguém?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que ele me relatou: o Sr. Humberto e o diretor acima dele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tem nome?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem.

O tempo é curto, Presidente, mas acho que deu para tirar um pouquinho de leite de pedra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Pompeo. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu sei que nós vamos ter oportunidade depois, mas eu só gostaria de saber: nós temos condições de verificar quem é esse diretor, pelo menos o nome, à época, acima, só para ter, neste momento, ou não? Ninguém pode responder a isso? Só para saber! É porque fala "diretor acima" e tal, e a gente... Não sei se é o Luis Carlos Fontes Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que a pesquisa...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Enfim, se não tem, tudo bem, fica para outra hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Parece-me que V.Exa. já matou a charada. Então vamos para frente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu queria requerer, Presidente, que ele ficasse encarregado de poder informar à CPI quem é o diretor acima. Nós precisamos ter o nome!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, isso não é função dele. A CPI consegue isso de forma muito mais exitosa, Deputado Pompeo de Mattos. O Deputado Samuel Moreira já apontou uma possível solução para esse mistério. Não é obrigação dele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu sei. Até, se for o caso, podemos chamá-lo para ouvi-lo, porque é interessante o depoimento...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Apenas para informação da Comissão, o Sr. Cláudio Mente já tem requerimento aprovado e, portanto, deverá ser um dos próximos a sentar aqui no banco da Comissão para poder esclarecer todas as denúncias; já foi aprovado na última reunião.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bom. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De nada, Deputado Pompeo de Mattos.

Deputado Darcísio Perondi, devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Carlos Alberto, se eu ouvi bem, o Youssef tinha dinheiro lá fora.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quanto era?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que foi... O que ingressou através do Banco Central foi 7 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sete milhões de reais. Quando ingressa o recurso, ele tem que dizer onde ele o ganhou, no Brasil ou lá na China?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Pode ser lá de fora e vir para cá?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, na verdade, quem fez o investimento foi um fundo de investimento.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Como?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O investimento ingressou no País como um fundo de investimento que estaria investindo aqui no País.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim. E o dinheiro provinha do Youssef?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, ele...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E o Youssef não tem que mostrar de onde veio esse recurso? Não?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não; neste fundo, neste caso, não precisou.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, porque esse recurso era de um fundo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Banco Central não... Se eu tenho um dinheiro lá fora e resolvo investir na promissora, riquíssima PETROS, eu invisto e não preciso dizer se eu ganhei esse dinheiro na loteria esportiva ou tinha uma... era sócio da Pasadena? Não?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Que eu tenha conhecimento...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Está bom. Eu participei, na metade, da CPI da PETROBRAS e passei para cá. Eu estou cada vez mais convencido, Deputado Efraim Filho, que foi montada uma rede gigantesca de exploração do patrimônio público — gigantesca! Foi ensaiada no mensalão e, em plena condenação do mensalão, nascia com vigor o petrolão, aliás, já tinha nascido com vigor o petróleo, uma corrupção sistêmica, epidêmica, contaminando todo o Estado brasileiro.

É obvio que não foi só Youssef. Não sei se o Dr. Carlos estava envolvido com o Sr. Barusco e o Sr. Vaccari. Há alguém maior! Há alguém maior! Um ou dois. Não pode deixar de ser. A minha impressão é que esse alguém maior se chama Lula. Já estão chegando a ele. (*Palmas.*)

E a Presidenta Dilma? Não sei. Mulher honrada ou não, no mínimo, ela deixou tudo acontecer. E agora estão chegando à Erenice, que foi subchefe da Casa Civil quando ela era Chefe da Casa Civil. Que tristeza! Que tristeza!

E agora a Operação Zelotes. Essa é uma das maiores causas da crise fiscal por que passa o País — moral, ética. Impressionante! Impressionante, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem dúvida, Deputado Darcísio Perondi. Chegamos à era do desvio dos bilhões de reais, como tem sido visto aqui.

O Deputado Raul Jungmann está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde. Boa tarde a todos.



Inicialmente, Sr. Presidente, eu vou colocar aqui pelo menos duas ou três questões que me foram repassadas pelo Deputado Paulo Azi, a quem eu agradeço a atenção. É importante que sejam esclarecidas.

A primeira delas é o seguinte: em depoimento à Justiça, o depoente Carlos Costa alerta que a negociata com a IMV, em 2006, foi apenas a primeira operação e que outras vieram. O senhor poderia esclarecer, por favor, que outras operações foram essas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Boa tarde. Seja bem-vindo!

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Obrigado. Olha, o que eu relatei foi essa operação, e depois a operação do FIP, do FIP Viaja Brasil. Também houve captação de recursos de RPPS, também foram pagas propinas, depois essa...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Essa do RPPS, por favor — desculpe-me interromper —, foi com que fundo especificamente? E em que época?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - FIP Viaja Brasil foi agora, foi em 2013, 2013-14. Foram feitas captações de algumas, de algumas, de alguns RPPS. Segundo o que me foi relatado pelo Alberto, também cobravam propina. E essa emissão de debêntures, que foi feita pela Marsans, que o objetivo era o de fazer a colocação em ao menos dois fundos de pensão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor poderia declinar quais eram esses fundos de pensão?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. Inicialmente o objetivo era colocar em um dos quatro grandes: POSTALIS, PETROS, FUNCEF — agora me fugiu o outro — e PREVI.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Veja, em outubro, o senhor, que trabalhava com Youssef, disse em depoimento que o Sr. Vaccari interferiu para que a PETROS e o POSTALIS investissem na empresa Trendbank. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor. Eu não disse isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não disse isso?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem. Segundo ainda o senhor, o Vaccari frequentou várias vezes uma empresa do esquema do doleiro, a CSA, entre 2005 e 2006, para tratar de negócio de fundo de pensão com o operador do doleiro. E o senhor teria ainda citado que houve pagamento de propina a dirigentes da PETROS. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, mas não que a CSA fosse do Alberto.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - De quem era?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Era do Cláudio e do Rubens.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Do Cláudio e do Rubens?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Perfeito. O senhor lembra quando se deu isso e qual o valor?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Isso foi em dois mil... Começou a negociação em 2005 e finalizou com a operação em 2006. O valor, salvo engano, foi de 13 milhões e 300 mil reais.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Foi de 13 milhões e 300 mil reais. Perfeito.

Ainda em depoimento, encontraram-se *e-mails* em computadores de pessoas ligadas ao Sr. Youssef atribuindo a influência de Vaccari à aplicação, em 2012, de 73 milhões da PETROS e do POSTALIS na Trendbank. Nesse mesmo ano, o fundo POSTALIS teve prejuízo ao aplicar 40 milhões de reais em um fundo do Banco Mellon, por meio de uma gestora de investimentos indicada a dirigentes da fundação, por operadores do Youssef.

O senhor teve conhecimento disso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Nenhum conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, não tive conhecimento dessas operações.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor também teria dito à Polícia Federal e à Justiça que a PETROS adquiriu 13 milhões de reais em créditos da Indústria de Metais do Vale, como parte de um acerto que incluiu o pagamento de 500 mil reais em propina aos dirigentes do fundo. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim, foi essa operação que eu descrevi agora ao senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. Desculpe se o senhor já atribuiu a quem... A quem foi dada essa propina?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Segundo o que me relatou o Sr. Cláudio Mente, esse dinheiro foi pago para o Sr. Humberto e a um diretor que estaria acima dele lá na hierarquia da PETROS, que eu não recordo o nome.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tudo bem.

O senhor também aqui, falando no caso da CSA Project, disse que tinha uma empresa. Que empresa era essa? E qual o CNPJ dela? É uma empresa anterior à CSA.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, eu não...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, mas o senhor teria feito, aqui no depoimento, uma referência a uma outra, uma empresa anterior, não necessariamente da sua propriedade. A que empresa o senhor se referia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não me recordo desse depoimento, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está bom.

Uma última pergunta, Sr. Presidente: com a vivência que o senhor teve — e é muito importante a resposta que o senhor venha a dar a esta Comissão Parlamentar aqui da Câmara —, o senhor chegou a identificar, ao longo da vivência com o Youssef e que o senhor teve com os fundos, alguma estrutura centralizada, alguma estrutura de facilitação desses negócios com os fundos? A quem se recorria politicamente? Youssef, evidentemente, tinha que recorrer a alguém politicamente. O senhor pode nos dar a sua percepção de quem estaria por trás desses negócios politicamente? Por favor.



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Em relação a PETROS, o que me foi relatado pelo Cláudio, era o Sr. João Vaccari. E o Sr. Alberto me disse que, quando estava prospectando a captação para as debêntures, ele esteve aqui falando com o filho do Senador Renan Calheiros, para fazer a colocação do papel no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Exclusivamente? Mais ninguém? Não tem nenhuma referência?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Esse é o que eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem conhecimento se na FUNCEF a pessoa autorizada pelo Sr. Alberto Youssef foi o Deputado Andre Vargas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o último inscrito, o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. estava inscrito no início, mas lhe passarei a palavra na sequência.

Então, com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator.
Boa tarde, senhor depoente. Seja bem-vindo, afinal nós temos agora aqui a inversão de valores. O Brasil começa a experimentar isso.

Primeiro, foi a agressão tentando desqualificar o Ministro Joaquim Barbosa, pelo PT e seus assemelhados, no julgamento do mensalão. Depois disso, nós vimos outros tantos eventos. Não diferente disso, houve a desqualificação do Juiz Sérgio Moro. Não diferente disso, na semana passada, votou-se aqui um relatório da CPI da PETROBRAS, e o Relator, ao final, disse que não aconteceu nada na PETROBRAS, não houve nenhum desvio. Enfim, ali é uma casa de anjos. Ao final,



quem é o grande culpado disso tudo? A lei da delação premiada, que nós votamos aqui em 2013.

É desta lei que o senhor está se beneficiando e agora ajudando o País. Eu já disse isso à D. Meire Poza, aqui na CPMI da PETROBRAS, no mandato anterior. E volto a repetir: esta é uma grande ajuda ao País. Não vamos acabar com essa organização criminosa se não entrarmos dentro dela. Daí existir a lei da delação premiada. O Relator da CPI da PETROBRAS acusou esta lei do grande prejuízo que causou à PETROBRAS e está causando ao País. O que se roubou? Nada, absolutamente nada. O que se financiou de campanha de políticos? Absolutamente nada. É dessa forma que nós estamos vendo essa inversão de valores acontecer no País.

Então, o senhor vem para colaborar com a Justiça, para colaborar para que isso acabe definitivamente. Começemos a construir um país ético, sério, descente, onde a maior autoridade dê gestos à sociedade, que está cumprindo com o seu papel, com a sua visão republicana. Nós temos que dar a nossa parte. E o senhor está dando a sua parte.

Quando o senhor fala aqui em João Vaccari Neto, não é o primeiro tesoureiro do PT, não, é o segundo, condenado e preso. Não é o primeiro, é o segundo. E onde foi parar tanto dinheiro? Foi dinheiro para campanha... É uma coisa agressiva até a campanha dos candidatos do PT no Brasil inteiro. É agressiva, tal é a forma que eles se comportam nas ruas: cabos eleitorais, propaganda, como nunca se viu. Nenhum banqueiro, nem o José Eduardo, que foi candidato ao Senado, do Paraná, fez campanha tão abastada quanto os candidatos do PT. Também, com esses bilhões de reais de fundos de pensão, da PETROBRAS, etc.!

Vou fazer uma pergunta, Dr. Carlos Alberto. O Deputado Raul Jungmann até formulou a pergunta, mas acho que faltou ali uma informação a mais para que o senhor pudesse responder. O senhor teria dito que o Sr. Cláudio Mente e o Sr. Rubens de Andrade teriam uma empresa anterior à CSA.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Então, eles trabalhavam em uma empresa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eles trabalhavam em uma empresa. Qual é essa empresa, doutor?



O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É, salvo engano, a CSA Securitizadora.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Antes dessa...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Mas não era a empresa deles.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim. Quem sabe tenha sido uma boa escola, não é?

O senhor acredita que os fundos de pensão foram usados institucionalmente para irrigar partidos, candidatos, campanhas? O senhor acredita nisso?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Eu acredito.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Acredita nisso. (*Riso.*) Essa é outra grande contribuição que o senhor está dando ao País. (*Palmas.*) Assaltavam os cofres públicos para irrigar campanhas, partidos políticos. É o que o senhor acaba de dizer. É uma grande contribuição que o senhor está dando ao País.

E eu gostaria também de perguntar se o senhor tem alguma informação que poderia compartilhar conosco e que até agora aqui não foi tocada. Se o senhor pudesse nos ajudar com alguma outra informação, enfim, para que a CPI dos Fundos de Pensão pudesse dar a sua contribuição... Afinal são milhares do POSTALIS, FUNCEF, PETROS e PREVI que estão envolvidos. Estão pagando contas de bilhões do assalto que lá houve. Quem está pagando a conta são os pensionistas, os funcionários, os aposentados desses fundos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Excelência, tudo o que eu sabia eu declinei nos depoimentos da Polícia Federal, que são esses depoimentos que V.Exa. já tem aí. Então, infelizmente, eu não tenho mais nada a acrescentar ou a agregar aí à investigação da CPI.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Esses partidos políticos tinham alguma influência no poder de decisão desses fundos?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Pelo que me foi relatado, sim, haja vista o Sr. Alberto vir a Brasília para tratar deste assunto com um filho do Senador Renan Calheiros.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, apenas para registrar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vou concluir.

Quero agradecer a presença do Dr. Carlos Alberto. Acho que essa contribuição a mais é no sentido de que não venham, de forma alguma, inverter valores, os princípios da sociedade, da humanidade ao longo do tempo, que se defendem exclusivamente dentro da lei. E é isso o que está acontecendo aqui com o depoimento do Dr. Carlos Alberto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Rubens Bueno.

Para concluir, com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Cumprimento o caro Presidente, o nosso Relator, Deputado Sergio Souza, o nosso convidado, Carlos Alberto Pereira da Costa.

Dr. Carlos Alberto, quero inicialmente agradecer por ter vindo. É importante continuar prestando esclarecimentos. Não quero ser repetitivo, mas eu tenho dúvidas.

Quem foi ou é Cláudio Mente? Ele era diretor? De onde? Qual a influência que ele tinha? V.Sa. poderia repetir?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Sim. Ele era um cliente meu, eu o atendia em algumas ações. Ele me convidou para integrar uma empresa que estava constituindo, e eu aceitei o convite. Então, fui trabalhar com ele e com o sócio, que era o majoritário da empresa, o Sr. Rubens. Então, foi através do meu trabalho como advogado que eu conheci o Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Esse trabalho, essa prestação de serviços de V.Sa. e da empresa originou financiamento por liberações de recursos junto aos fundos de pensão, como a FUNCEF, a PREVI e tantas outras?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Na verdade, na CSA, quando eu fui trabalhar nessa empresa, o primeiro negócio foi feito com a PETROS. Foi feita a emissão de uma CCB, no valor de R\$ 13 milhões e 300 mil. Esse valor, o papel foi uma CCB tomada integralmente pela PETROS. Deste valor, R\$ 3 milhões



foram desviados e entregues ao Sr. Cláudio. E este providenciou, então, a distribuição entre os sócios e o pagamento das propinas.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - V.Sa. sabe para quem foi distribuído? Sabe o nome dessas pessoas?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - O que ele me relatou, o Sr. Cláudio, foi que na PETROS recebeu o Sr. Humberto e um diretor que estava acima desse Sr. Humberto, que eu não me recordo do nome.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Não sabe. Mas de onde foi? Houve outras pessoas? Houve políticos?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, porque na verdade quem cuidava desses assuntos era o Sr. Cláudio Mente. A quem ele recorria, a quem ele pagava, isso era feito por ele exclusivamente.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Bom, a grande verdade, Presidente, é que houve os desvios. O que causa espanto na sociedade é que ninguém ou pouquíssimos assumem que realmente receberam isso.

A imprensa, de um modo geral, diariamente divulga nomes. Ou a imprensa está mentindo? Eu não acredito nisso. A imprensa presta um importante papel. Aliás, na questão do mensalão, se não houvesse uma imprensa ativa, não haveria os mesmos resultados, esse reconhecimento. E o que nos resta mesmo, a última esperança, é o Poder Judiciário, que existe para isso. Aliás, é um poder caríssimo, mas para isso a sociedade o banca, e esperamos que chegue até o final.

Há insinuações de outros nomes aí que continuam negando, que é importante nós, Parlamentares, a Comissão colaborar o máximo com o Poder Judiciário. A esperança nossa ainda é que não é possível que tantas denúncias... Não estou aqui dizendo que V.Sa. é culpado, não é isso. Eu estou falando que, diariamente, há mais de 3 meses, todos os dias existem nomes diferentes.

O que é preciso é chegar ao maior mesmo, porque não é possível, com todos esses movimentos, com pessoas do Governo, pessoas administradoras, sindicatos, todos os que participaram desse processo, pelo menos com essa constatação que já existe, principalmente a que veio através da imprensa, que não se faça nada. Eu confesso que a minha esperança, a esperança do povo brasileiro ainda é o Poder



Judiciário. Que esta Comissão possa colaborar com o Poder Judiciário, que, como eu falei, existe para isso.

V.Sa. já disse que prestou outros esclarecimentos à Polícia Federal. Espero que essas informações venham a colaborar com essa investigação e que também não morra este assunto quando nós encerrarmos os trabalhos aqui na Comissão.

Eu nem sou membro da Comissão, mas sou um Deputado que tenho interesse nisso, como qualquer brasileiro. Foi feita uma injustiça com os fundos de pensão. Havia dinheiro do trabalhador, dinheiro da própria empresa e, de repente, o dinheiro vai para o ralo, numa desconsideração e desrespeito principalmente com o trabalhador.

Agradeço a vinda de V.Sa.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, V.Exa. pode me conceder 20 segundos? Eu estava na reunião sobre o desarmamento, não por vontade de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas veio desarmado?

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Vim desarmado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, tudo bem. Tem 20 segundos.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - São 20 segundos só para fazer uma pergunta que o Dr. Carlos Alberto respondeu aqui, do Deputado que me ombreia, sobre se ele acha que esse dinheiro de corrupção irrigou campanhas eleitorais, partidos políticos.

O que foi que levou V.Sa. a achar os nomes? O que há de documentos que possam dizer a todos nós quais são os partidos? Quais foram as campanhas que foram irrigadas com o dinheiro dos nossos aposentados e pensionistas, que infelizmente estão sofrendo e assistindo aqui à CPI dos Fundos de Pensão?

Esta CPI não vai terminar em *pizza!* (*Palmas.*) Apesar de a imprensa estar querendo rotular esta CPI como uma grande pizzeria e nós todos como *pizzaiolos*, a intenção de todos os Parlamentares que aqui estão é investigar e pegar os grandes gatunos que roubaram o dinheiro dos aposentados e pensionistas.



Então, o que levou V.Sa. a achar, como respondeu aqui ao Deputado, que teve dinheiro de corrupção irrigando campanhas eleitorais e partidos políticos? Poderia descrever mais um pouquinho para nós?

Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Boa tarde! Na verdade, é uma crença, pelo que eu vivenciei nessas ocasiões, porque na verdade foi dinheiro de fundos de pensão desviado com o objetivo de pagar propina. Certamente essa propina foi paga a alguém, e a quem foi paga fez a utilização que bem entendeu. Mas eu tenho a crença de que efetivamente esses recursos foram utilizados com essa finalidade que o doutor mencionou. Mas eu não tenho prova, eu não participei disso. Infelizmente, não posso contribuir com mais além do que a minha crença.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O senhor conhece Adilson Florêncio?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - José Carlos Bumlai?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Deputado Vitor Valim, pode ter certeza de que esta CPI pretende, sim, chegar a resultados concretos, por um motivo especial, aliás, dois motivos. O primeiro deles é o apelo social da Comissão. Eu acredito que ninguém terá coragem de vir aqui para blindar pessoas que desviaram recursos de aposentados, de servidores, de viúvas, de pensionistas. Será uma cara muito dura vir aqui para blindar essas pessoas, contra o interesse e os prejuízos dos aposentados. Então, isso me dá uma confiança muito forte. *(Palmas.)*

Segundo, uma CPI comandada pela Oposição está imune às influências de governo, e eu tenho certeza de que cada um dos senhores aqui estão imbuídos desse sentimento, de fazer um bem a este País, que é proteger o futuro das pessoas. Quem desviou recursos dos fundos de pensão brincou com o futuro das pessoas, e isso tem que ser inadmissível para este Parlamento, doa a quem doer. *(Palmas.)*

Eu agradeço ao Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa.



O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Presidente, só faço a última pergunta, para esclarecimento: Dr. Carlos, o senhor mora na Alameda dos Guatás, 1.367?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - Não, senhor, eu já me mudei de lá.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Pergunto porque aquilo que eu falei ao senhor, da intimação, foi dia 3 de dezembro de 2013. Está o processo aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - É. Eu já havia me mudado de lá.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Está bem. Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA - De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Dr. Carlos Alberto Pereira da Costa pela sua contribuição, disponibilidade. Estava aqui disposto de liminar, poderia ter optado pelo silêncio, se desejasse, mas o sentimento que desde o primeiro momento, quando depôs da Operação Lava-Jato e aqui na CPI, também demonstrou interesse em contribuir para desvendar toda essa máquina de corrupção que financia o projeto de poder. São importantes as suas palavras. Eu agradeço. Está dispensado o senhor.

Iremos convocar na sequência o Sr. Alberto Youssef. *(Pausa.)*

Muito bem, vamos aguardar o Secretário da CPI, o Sr. Saulo, que está trazendo o próximo depoente, para que possamos continuar esclarecendo aos senhores.

A lista de inscrição observada será exatamente a mesma da primeira oitiva. Vamos manter a ordem inicial, claro, respeitando as falas dos Sub-Relatores e dos autores de requerimento.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Convidamos para tomarem assento à Mesa o Sr. Alberto Youssef e o seu advogado, Tracy Reinaldet. *(Pausa.)*

Informo aos Srs. Deputados e às Deputadas que seguiremos com a sessão de hoje com a tomada de depoimento do Sr. Alberto Youssef.

Tendo em vista a apresentação de *habeas corpus*, fica o depoente dispensado de assinar o termo de compromisso. Ele se colocou à disposição para



contribuir dentro daquelas informações que são do seu conhecimento; claro, com as reservas que ele entender que o silêncio será a resposta adequada, de acordo com o que lhe garante a Constituição.

Com a palavra o Sr. Alberto Youssef, por até 20 minutos, se quiser fazer algum esclarecimento inicial sobre o tema.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu vim aqui, nesta CPI, hoje com a ressalva de ficar em silêncio. Mas, em respeito à Casa, em respeito à sociedade, eu vou responder às perguntas que realmente eu souber. E, como colaborador da Justiça, eu já estou pagando pelos meus atos. E é isso o que eu tenho a dizer a vocês. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Antes de passar a palavra ao Relator, eu queria aproveitar o momento para agradecer o gesto de contribuição e compartilhamento do Sr. Juiz Sérgio Moro. Porque, em visita, eu e o Relator, Deputado Sergio Souza estivemos com ele em Curitiba, e ele concedeu a oportunidade para que o Sr. Alberto Youssef comparecesse a esta Casa, diferente do que aconteceu em outras Comissões, em que Comissão reduzida da CPI teve que se deslocar até Curitiba e, muitas vezes, de forma até um pouco conflituosa. Então, esta Casa, hoje, agradece ao Juiz Sérgio Moro pelo gesto de compartilhar e de contribuir, também entendendo a importância de desvendar eventuais operações e fraudes ocorridas nos fundos de pensão. *(Palmas.)*

Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Alberto Youssef e seu advogado, meus cumprimentos.

Sr. Alberto Youssef, V.Sa. sabe por que foi convocado a esta CPI?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós estamos aqui investigando eventuais malversações, desvios, corrupção dentro dos fundos de pensão da PETROS, da FUNCEF, da POSTALIS e da PREVI. E há notícias, algumas por nós já certificadas aqui em depoimentos anteriores, por algumas testemunhas, por alguns convocados e também por provas já colhidas pela CPI, de que V.Sa. agia como intermediador junto a fundos de pensão e que fazia isso junto com o Sr. João



Vaccari Neto. Isso é fato? E o que V.Sa. tem a nos dizer a respeito das suas delações que tenham respeito com fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, Deputado Sergio Souza, com referência a esse assunto, eu tenho dois termos do meu acordo de colaboração onde eu faço relato ao fundo de pensão. Fora isso, eu não tenho conhecimento nenhum e não operei para nenhum fundo de pensão que não seja o relato que eu já dei no meu acordo de colaboração.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece a empresa IVM — Indústria de Metais do Vale?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, essa indústria eu conheço, sim. Ela foi... Foi feito um investimento nela pelo Deputado José Janene, há muitos anos atrás.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Teria... quem fez a intermediação? Teria sido a empresa CSA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foi a empresa CSA até onde eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E essa empresa CSA, o senhor tinha participação nela?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não tinha.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor usava o escritório da CSA para fazer reuniões?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu frequentava o escritório da CSA por conta de que o Dr. José Janene, na época Deputado Federal e depois não mais Deputado Federal, tinha uma sala no escritório da CSA. E aí...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor ouviu... Pois não.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - ...eu participava de reunião com ele lá, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem conhecimento de uma operação feita no valor de 13 milhões de reais, entre a PETROS e a IVM, através da CSA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu fiquei sabendo disso muito depois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E que teria feito pagamento...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Mas não participei da negociação, não intermediei essa negociação, não tive nenhum relacionamento com pessoas da



PETROS ou com pessoas que intermediaram com a PETROS essa negociação da IMV.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com relação ao POSTALIS, tenho notícia de que ele teria, através de um contato de V.Sa., investido cerca de 40 milhões na BNY — isso é uma notícia veiculada pelo *Jornal Nacional*, da *Rede Globo* —, e que ali haveria o chamado o Clube do Amém, aonde havia uma interferência direta inclusive do Sr. João Vaccari Neto, e que V.Sa., juntamente com Carlos Alberto Pereira da Costa, teriam ajudado nesse agenciamento desses recursos da POSTALIS com o BNY. Diz aqui, inclusive, que foi repassado por 13 intermediários identificados como Cláudio Mente — aí vem já aquela questão da PETROS. Não! Com relação à POSTALIS e BNY, o senhor tem alguma afirmação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não tenho informação nenhuma a respeito dessa operação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em algum momento da sua vida V.Sa. recebeu dinheiro de algum negócio de fundos de pensão, por ter intermediado ou pelo resultado positivo de algum negócio de algum dos fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Do meu conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece os diretores dos fundos de pensão, como o Caser, da FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu não me lembro com quem eu estive na FUNCEF para fazer a apresentação de umas debêntures de uma empresa que a GFD era acionista. Eu não me lembro do nome dos diretores da FUNCEF, mas eu estive lá, não sei se com funcionários ou diretores, não me lembro, na época — faz dois anos. Eu fiz a apresentação das debêntures, e a FUNCEF não teve interesse em investir nessas debêntures.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor intermediou algum negócio com fundos de pensão que tenha tido resultado positivo? O senhor intermediou algum negócio com fundos de pensão que o resultado tenha sido positivo, tenha sido efetivado?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nenhum?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nenhum.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nenhum fundo de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. De fundos de previdência, sim; fundos de previdência municipais e estadual.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Mas aqui, com relação a esses quatro, que são objeto de investigação da CPI?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era a relação do senhor com o Sr. Cláudio Mente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Tinha uma relação de amizade, e o conheci através do Sr. José Janene, que frequentava o escritório do Cláudio Mente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor chegou, em algum momento, a se encontrar com o Sr. João Vaccari, na empresa CSA, no escritório da CSA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E aqui, por fim, a empresa Trendbank, o senhor conhece?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu sei que era uma empresa que administrava alguns fundos, mas eu não tenho conhecimento. Não conheço as pessoas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor nem sabe dizer se houve algum investimento de fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não sei dizer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A BVA, o senhor conhece; o Banco BVA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece alguma operação entre o BVA e os fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, isso foi noticiado em vários veículos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor participou de alguma intermediação dessas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não participei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu não tenho mais perguntas não, porque não... Pelo o que eu entendi, o depoente, em momento algum, participou de negociações com fundos de pensão. É isso.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A relação que o senhor tinha com o João Vaccari Neto, que era uma relação estreita... E os senhores, em algum momento, trataram de algum investimento de fundos de pensão, desses quatro fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mesmo que não tenha sido uma tratativa sua com ele, Sr. Youssef, o senhor tem conhecimento de o Vaccari alguma vez ter comentado de algum tipo de atuação junto a fundos de pensão? Ele comentou com você? Você tomou conhecimento por terceiros? Essa informação existia, mesmo que não tenha sido entre você e ele? Essa informação é do seu conhecimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - O ouvir dizer de mercado sempre existiu, mas eu com ele, nunca tivemos essa tratativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o do mercado, quais eram as insinuações que saíam do mercado?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Que o Vaccari era um dos operadores de alguns fundos de pensão, no caso PETROS, e pode ser que FUNCEF também. Mas, de ouvir dizer, não posso lhe dar certeza disso e nunca tratei de assunto nenhum com o Vaccari a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo. Só para terminar a informação que o Relator perguntou: na FUNCEF, o Deputado André Vargas fez alguma gestão para que você pudesse ir à FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, foi ele que marcou para mim a minha ida à FUNCEF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro Sub-Relator, o Deputado Marcus Pestana.
(Pausa.)

Não estando presente, concedo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado...
(Pausa.)



Não estando aqui presente também, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu confesso que vou sair desta oitiva decepcionado. Parece que o Sr. Alberto Youssef teve uma crise de esquecimento. Eu esperava bem mais. Se o senhor puder olhar ao fundo, Sr. Alberto Youssef, verá a quantidade de pessoas que foram prejudicadas por essas operações criminosas nos fundos de pensão.

Mas, ainda assim, eu quero fazer algumas perguntas a V.Sa. Quero saber se V.Sa. confirma que conhece o Sr. Ariza.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conheço.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. teria dito que ele operava para fundos de pensão — isso num depoimento prestado à CPI da PETROBRAS. V.Sa. confirma isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Fundos de previdência.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Fundos de pensão.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Confirmando.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E, em várias oportunidades aqui, nós ouvimos que V.Sa. tem contato estreito com o filho do Senador Renan Calheiros. Quero saber se V.Sa. confirma isso e qual o nome desse filho.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu já fiz um termo de colaboração com referência a esse assunto do Renan Calheiros. Eu tinha uma debênture emitida de uma empresa onde eu tinha a maior participação em cotas. E eu fui procurar, sim, na época, o Renan porque ouvi dizer que ele tinha indicado o Diretor Financeiro da POSTALIS. Mas eu não consegui que ele me recebesse. Então, portanto, eu não posso nem dizer que sim nem que não, que ele, realmente, indicou o Diretor Financeiro da POSTALIS e que tinha uma ingerência lá.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não, veja, a minha pergunta não foi sobre o Senador Renan Calheiros. Perguntei sobre o filho do Senador Renan Calheiros. Se V.Sa. se reuniu, se houve algum encontro, se conhece o filho do Senador; e, se conhece, o nome dele — que é o que nós queremos saber.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu conheci o Renanzinho. Estive com ele uma única vez e foi aqui, em Brasília, e não tratei nada desse assunto.



O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, diante do lapso de memória que o depoente teve, eu vou citar só mais alguns nomes. Eu queria saber se ele conhece, teve algum contato ou se tem alguma relação com eles, e vou ser breve. São os Srs. Fabrício Neves, Carlos Pereira da Costa, Jaime Abraços, João Procópio Junqueira, Raul Motta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos citando um a um, para que ele possa responder “sim” ou “não”.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Tranquilo. Então, o primeiro é o Sr. Fabrício Neves.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É o gestor da Solo, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Da Atlântica.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Dono da Solo.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Da Atlântica Asset Management.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De várias, uma delas é a Atlântica. O Fabrício Neves.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu conheço um Fabrício, que foi gestor de um FIP, onde eu era o maior cotista através da GFD. Eu não sei se... Eu não me lembro se o sobrenome dele é Neves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual era o nome do FIP? Recorda-se?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É Viaja Brasil.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E o Sr. Carlos Pereira da Costa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conheço.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Qual a sua relação com ele, por favor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Ele foi meu procurador na GFD Investimentos.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E Jaime Abraços?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foi Presidente da Marsans, onde o GFD, através da Graça Aranha, foi proprietária.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E João Procópio Junqueira?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Trabalhava na GFD.

O SR. DEPUTADO ROCHA - E o Sr. Ari Teixeira de Oliveira Ariza?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conheço. Operou fundos de previdência; inclusive, fez colocações do fundo Viaja Brasil em alguns fundos de previdência.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só mais três nomes, Sr. Presidente.

E Sérgio Luiz da Silva?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Se for o Sérgio que fez colocações também de algumas cotas do fundo Viaja Brasil em alguns fundos de previdência.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O Sr. Gustavo Furtado Silbernagel.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Esse era o Presidente do fundo de previdência do Tocantins, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nesses RPPS desses fundos estaduais, como o Viaja Brasil, houve situação de acerto de propina para investimento, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Para quem fez as colocações dos papéis, sim; no caso, o intermediário. Agora, se houve para frente — e aí eu não posso dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De que Estado? O senhor se recorda? E que RPPS, que fundos estatais foram esses?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, no Tocantins eu tratei diretamente com o Ari e com o Gustavo, que foi o... que era o Presidente do fundo na época. Nos outros fundos que compraram cotas do fundo Viaja Brasil, eu não tive relacionamento nenhum com... com as pessoas dos fundos, e, sim, só com intermediários, no caso, o Ari, o Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O Deputado Rubens Bueno está inscrito como Líder. Deseja fazer uso da palavra agora? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer as perguntas como inscrito. Como vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então V.Exa. tem que aguardar a sua vez para agregar ao tempo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, eu falo... Eu posso falar como Líder depois então?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. pode falar como Líder agora e fazer as perguntas só na sua...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não pode ser junto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode ser junto se V.Exa. aguardar a sua vez como...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vou aguardar. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu tenho uma única pergunta ao depoente. Se ele tem alguma informação — e se pudesse citar nome — de que, semana ou semanas antes, houve saque do Banco BVA em relação aos fundos — antes da quebra do banco, semana antes.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tenho conhecimento dessa informação. Infelizmente não vou poder colaborar com isso.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, eu vou tentar trabalhar de forma genérica nas perguntas que temos aqui.

Sr. Alberto Youssef, V.Sa. falou aqui da empresa Marsans e também dos investimentos dos fundos que foram constituídos por essa empresa, pela empresa Marsans aqui. E citou até os contatos que V.Sa. teve aqui com os fundos de previdência, tanto municipais, quanto alguns estaduais.

No mesmo depoimento, V.Sa. também foi indagado sobre POSTALIS, FUNCEF, PREVI e PETROS e afirmou que não aportaram recursos nisso. Primeiro, eu queria a confirmação de V.Sa. se de fato esses fundos tiveram ou não algum aporte nisso.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não tiveram.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está bem.

V.Sa. esteve na sede de quais outras entidades de previdência complementar ou até fundos de pensão para apresentar suas empresas, para propor que aplicassem no seu fundo de investimentos?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu estive no Tocantins. Estive em Cubatão, não teve êxito. Que eu me lembre, foi nesses dois institutos. E... estive na FUNCEF, que foi um fundo de pensão, não teve êxito. E ao POSTALIS eu não compareci, quem mostrou o papel lá foi o próprio Banco Máxima.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sim. E não foi... V.Sa. não tem informação sobre se foi bem-sucedida a reunião do Banco Máxima com o POSTALIS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eles gostaram muito do papel, por conta de que o papel tinha 100% de garantia e tinha um *rating* de BBB+. Então, não tinha por que não gostar do papel. O papel era um papel bom.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - E fizeram a operação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não fizeram a operação.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não fizeram a operação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Por fim, em uma relação com a Operação Lava-Jato, V.Sa. afirmou em depoimentos, dentro das investigações da Lava-Jato, que V.Sa. tinha relação com poucos partidos políticos.

Quais eram os partidos com que V.Sa. tinha relação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Praticamente eu tinha relação com o Partido Progressista e conhecia alguns Deputados do PT. É o que eu posso lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Por fim, aproveitando aqui meus últimos... Teve uma operação, quando a CEMIG fez... A CEMIG fez a compra da Light. Foi em 2012 também, né? Para comprar os 51% que a empresa Invest Minas tinha da empresa. Nessa operação, que foi em 2012, a sua empresa, a MO Consultoria, recebeu um valor substancial. Esse valor foi resultado exatamente do quê?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Como eu já expliquei no meu termo de colaboração em depoimento ao inquérito, esse valor foi um valor de que foi emitida uma nota fiscal para fazer um caixa dois na época de quem eu tinha conta corrente, que é o Sr. Pedro Paulo Leoni.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Esse dinheiro foi diretamente para ele então?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, para a empresa dele.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está o.k. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor iniciou dizendo a todos aqui presentes que, em respeito à sociedade, o senhor ia se pronunciar como colaborador da Justiça, especialmente com relação... e em respeito à Casa e à sociedade. É evidente que o senhor tem o prêmio da delação premiada, que provavelmente seja um dos motivos, mas pode ser também que haja um outro, que seja o arrependimento. O senhor se considera arrependido?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Me considero.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Essa resposta é importante para a gente dar sequência.

Os fundos de pensão têm uma relevância não só aos beneficiários, que são aqueles que contribuem, os aposentados, mas ao País. Os fundos são instrumentos importantes de desenvolvimento de um país.

O senhor acha que pode ter havido, o senhor poderia contribuir conosco com a vivência que o senhor teve e tem de que houve nos fundos de pensão desvios de recursos para finalidades como corrupção, como desvios, como má conduta? O senhor acredita que tenha ocorrido isso para finalidades, por exemplo, de enriquecimento ilícito, de benefícios político-partidários, caixa de campanha? O que o senhor sente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu só posso dizer aqui o que realmente aconteceu, de fato, e o que eu posso provar. Aqueles investimentos que foram feitos no FIP, onde eu tinha a maior parte de cotas, eu garanto aos senhores que eram investimentos sérios. Eu era o maior investidor do fundo. Infelizmente, com a minha apreensão, esse fundo foi diluído e não pôde prosseguir. Quanto aos outros, eu não tenho como dizer porque eu só posso dizer dos de que participei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É porque a colaboração do senhor é importante aqui para nós. Nós estamos desenvolvendo um trabalho no sentido de investigar, apurar e dar diretrizes para os fundos.

A PETROS fez um investimento de 13 milhões na IMV. A CSA articulou esse investimento. O advogado que esteve aqui, que o senhor conhece, o Carlos Alberto, que esteve aqui antecedendo o senhor, ele nos disse que ali, por exemplo, houve



uma influência, uma articulação até, que agentes até políticos... disse que o Vaccari tinha essa influência, praticamente fazia o *lobby* para abrir portas de fundos de pensão. Nesse caso, ele afirma que houve realmente pagamento de propina. O senhor tem conhecimento dessa propina, sabe desse assunto, pode nos ajudar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho conhecimento de que isso aconteceu. Eu vim a ler e ficar sabendo que isso aconteceu depois do depoimento do Carlos Alberto Pereira da Costa. Eu sei que, quando o Deputado José Janene entrou na IMV... Na verdade, a PETROS já tinha feito esse investimento na IMV, e o Deputado na época entrou e tentou tocar essa empresa com todas as forças, colocou muito dinheiro lá e acabou não dando certo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor tinha alguma coisa a ver com a CSA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nada?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O advogado que o antecedeu afirmou que o Vaccari fazia *lobby*, que acredita que os fundos eram utilizados. E afirmou que presenciou — não participou do encontro, não discutiu a estratégia, mas presenciou — falas e encontros do senhor com o Vaccari. Tinha esses encontros especificamente para tratar de fundos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. O Vaccari... Eu estive duas ou três vezes com ele. Não conversamos sobre esse tipo de assunto. Ele esteve no meu escritório, na semana anterior à deflagração da Operação Lava-Jato, me procurando e não me encontrou. Na época eu tinha tido um infarto alguns meses anteriores e estava numa consulta médica. Eu acabei não o encontrando. De fato, com relação ao fundo de pensão, eu não conversei com o Vaccari.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vou fazer uma pergunta aqui que gostaria muito que o senhor respondesse: que assunto o senhor conversava, poderíamos saber, com o filho do Renan, por exemplo, e com o Vaccari? O senhor falou que conversava sobre todos os assuntos.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com o filho do Renan eu estive uma vez, e não conversamos a respeito de nada. Eu só o conheci, eu fui apresentado a ele por



um Deputado que era meu amigo e que gozava de uma boa amizade com ele, que foi o Deputado João Argolo. Então, não conversamos sobre investimentos em fundos de pensão, não conversamos sobre esse tipo de assunto. Falamos de política, falamos de economia. Foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Vaccari?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - O Vaccari a mesma coisa. Falamos de política algumas vezes, nos encontramos em saídas de restaurante e conversamos sobre a condição do Governo, esse tipo de assunto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhece a BANCOOP?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conheço de nome, mas nunca tive nenhum envolvimento...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca teve nenhuma participação. Sete Brasil?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não. Conheço de nome.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Com os diretores, nada?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - As empresas que o senhor tinha quantas eram? E elas chegaram a prestar algum serviço para fundos de pensão ou empresas que tinham participação de fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu tinha a GFD, e essa realmente era de propriedade minha, esse fundo de investimento. A MO Consultoria e a Rigidez eram empresas de terceiros que eu usava como barriga de aluguel só para a emissão de notas fiscais, nada mais.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Prestavam serviços para empresas que tinham participação de fundos de pensão ou para fundos de pensão diretamente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, elas emitiam notas para as empreiteiras, para fazer recebimento, no caso de contratos referentes à PETROBRAS, quando algum cliente, no caso, o Pedro Paulo, necessitava emitir alguma nota fiscal que pudesse fazer... dinheiro vivo... também já chegou a ser utilizado. Enfim, só nessas necessidades.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Alguma relação com os fundos ou com empresas que tenham participação com fundos de pensão? Objetivamente, se o senhor puder contribuir conosco, que o senhor lembre, ou que possa ver, e a gente possa depois procurar.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - A Marsans eu tenho certeza porque da Viagens Brasil eu era o maior cotista. As empresas que eu e...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor fazia nota... O senhor produzia notas fictícias, notas sem prestação de serviços?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não pela Marsans.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor falou: "*A Marsans eu tenho certeza*".

O SR. ALBERTO YOUSSEF - A Marsans... No caso...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Das empresas do senhor para a Marsans...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Das minhas empresas para a Marsans.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... para a Marsans, que tinham recursos do fundo de pensão da PETROS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, na verdade, eu fazia investimentos na Marsans. Fundos de pensão da PETROS, do POSTALIS, da FUNCEF, com isso a Marsans nem o fundo Viagens Brasil tiveram nenhum relacionamento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sei, mas olha... Agora, eu só queria... O senhor então emitia notas de empresas do senhor para a Marsans?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. O fundo Marsans... A GFD tinha relação com o fundo Marsans. Era a única que eu emiti nota contra empreiteiras, para que o dinheiro entrasse na GFD. É essa a resposta que eu estou lhe dando.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi o que... Permita-me só... Foi o que o...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ... Dr. Carlos Alberto Pereira falou aqui há pouco, e eu queria esclarecer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Entendi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele disse que, para recebimento de algumas comissões, essas empresas foram usadas para esse dinheiro ser injetado na Marsans. É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É isso aí.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E a Marsans era obviamente composta com dinheiro dos fundos.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Tinha...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Dinheiro dos fundos...

O SR. ALBERTO YOUSSEF -os fundos de previdência.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quem era a direção da Marsans?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Tinha algumas...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quem era a direção da Marsans? Quem eram os dirigentes? Havia dirigentes ou conselhos com pessoas do fundo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Tinha.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tinha?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Tinha.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu gostaria, Presidente, então, que nós requisitássemos a composição da Marsans, para que nós pudéssemos ter diretores, inclusive diretores que participavam dos fundos, representantes nesses conselhos e dos quais a Marsans, com a participação da GFD, emitia notas falsas...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na verdade...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... para pagamento de propina.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Vou explicar novamente para o senhor, Deputado. A GFD emitia notas para recebimento de comissões, e eu ficava com esses valores dessas comissões, entregava dinheiro vivo, de outro modo, e este meu dinheiro... Eu fazia investimento na Marsans. Eu colocava dinheiro na empresa Marsans. A empresa Marsans era uma empresa lícita, da qual eu era o maior cotista, e alguns fundos de previdência também tinham participação e tinham cotas do fundo que administrava a Marsans.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E a Marsans foi liquidada?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Quando houve a deflagração da Operação Lava-Jato, todos os diretores da GFD vieram presos — que foi, no caso, o Carlos



Pereira da Costa e, depois, surgiu o Procópio —, e o fundo se diluiu. Fizeram a dissolução do fundo e foi...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Perspectiva de devolução do dinheiro dos fundos de pensão...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Infelizmente, a empresa faliu por conta de quem estava administrando e quem estava fazendo a gestão da empresa Marsans e do fundo simplesmente abandonou a empresa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhece... Com os diretores de fundo o senhor teve relacionamento, reuniões?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Com ex-diretores... Eu conheço alguns ex-diretores de fundo. Conheço o Adilson, que foi Diretor...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Russo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF -... do fundo POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Do POSTALIS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Russo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Adilson.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Adilson. Russo? O Russo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor conhece o Adilson de onde? Que relação o senhor teve com ele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu conheço o Adilson de muitos anos, de 2003, de 2002, mas não tive nenhuma relação de negócios ou que pudesse ter algum envolvimento na questão do fundo POSTALIS. Conheci o Alexej através do Adilson. Uma vez eles estiveram em São Paulo e acabaram passando no meu escritório, tomando um café, e é isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. me permite, Deputado?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa... O senhor tem noção de quando foi esse encontro seu com o Alexej e o Adilson?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Final de 2013, eu acho que foi, ou setembro de 2013.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Alexej já esteve presente aqui, teve, inclusive, o sigilo quebrado.

Ele informa que a única vez em que o conheceu foi num restaurante e que ele estava sentado, sozinho, no restaurante, e você o teria abordado para entregar um cartão e dizer que tinha interesse em conversar sobre assuntos de fundo de pensão — está nas notas taquigráficas da Comissão. O senhor confirma essa história?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu posso até ter conversado com ele nesse restaurante — eu não me lembro —, mas eu sei que ele foi ao meu escritório em setembro de 2013, esteve lá, tomando um café, perguntando se eu queria fazer investimento numa empresa de... vou lembrar... empresa de... de pontos, de pontuação, essas empresas que nem TAM Viagens, esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dotz, Multiplus, essas coisas.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É, entendeu? Multiplus...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O fato relevante aqui — Deputado Samuel Moreira, eu lhe devolvo a palavra — é que, na fala do Sr. Alexej, ele omitiu deliberadamente esse encontro com o senhor. Ele se reportou que você teria sido abordado. Ele falou na sequência. Num segundo momento, ele falou no café. Então, devolvo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Para concluir, exatamente: a relação do senhor com o Alexej foi essa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Adilson já era uma relação mais...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. O Adilson, eu o conheci lá em 2002, em 2003, mas nunca tive nenhum tipo de negócio com o Adilson.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Caser, Presidente da FUNCEF, o senhor conhece?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não conheço.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não conhece. O Conquista, do POSTALIS? Antônio Carlos Conquista?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca o encontrou?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nunca o encontrei. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Vaccari, nada que o senhor possa contribuir a mais? Desculpe, Sr. Youssef.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Infelizmente, não, Deputado. Eu só posso contribuir com o que eu realmente participei. Com o que eu não participei, eu não posso contribuir, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes de passar a palavra ao próximo, o Deputado Rubens Bueno, só para esclarecer: quais são os dois temas da sua delação? Para nivelar as informações, porque pode haver alguns Deputados que não tenham conhecimento das suas delações. Em duas oportunidades, o senhor aborda os temas de fundo de pensão. Poderia dizer quais são?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É o Termo de Colaboração nº 19, e depois eu tenho o Termo Complementar nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor pode se reportar às passagens especificamente, se possível?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foi a questão da emissão das debêntures com a tentativa de fazer a colocação no POSTALIS, no Fundo POSTALIS, que é o que realmente esta Casa está investigando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O valor era de 50 milhões de reais dessa debênture? É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, e também as questões dos investimentos de fundos de previdência que foram feitos no Fundo Viagens Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Referente aos RPPSs?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno. V.Exa. tem agregado o tempo de Líder, mais 4 minutos.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, estou vendo aqui o depoimento do Sr. Youssef. Não é a primeira vez. Já houve outras vezes aqui na Casa e no Senado. O que se busca, na verdade, Sr. Alberto, além da contribuição que o senhor tem dado, e tem sido peça fundamental em elucidar não só o petrolão, algo que a imprensa internacional afirma ser o maior escândalo de corrupção da história do mundo... O petrolão é o maior escândalo de corrupção da história do mundo, patrocinado pelo Governo Lula e pelo Governo Dilma.

Ao final, quando os diretores saíram da PETROBRAS, com tudo que já havia sido denunciado, ainda saíram da empresa com o louvor do Governo do PT. Então, quando você rouba bastante, você tem um prêmio. Além do prêmio, tem o louvor para atestar que você fez uma grande gestão com o dinheiro do povo.

O que causa indignação em nós, e tenho certeza de que em cada um, é que tanto dinheiro desviado — e esse dinheiro sai do Tesouro — poderia estar em hospitais públicos.

Se somarmos aqueles que acham ruim ou péssimo àqueles que acham regular, 74% do povo brasileiro desaprovam o Sistema Único de Saúde no Brasil. Vejam a que ponto chegamos!. Quer dizer, nós estamos tirando dinheiro do Tesouro, colocando na PETROBRAS, no BNDES, nas empreiteiras, deitando e rolando. E aí falta dinheiro para a aplicação nos serviços essenciais.

Quando não isso, nós estamos vendo agora que nos fundos de pensões não foi diferente, ou seja, onde há a mão da organização criminosa, é desviado dinheiro do povo brasileiro.

Aqui, no caso, nós estamos falando dos fundos de pensão. Nós apresentamos, como autor, esse pedido da CPI, para atender à demanda de milhares deles que nos procuraram. Foram atrás de assinatura, enfim, um esforço, para poder dizer que não é possível que nós tenhamos de pagar tanto dinheiro do nosso salário, já aposentados ou pensionistas, para cobrir o furo da roubalheira do Governo do PT. *(Palmas.)*

Quer dizer, se eu recebo, lá no final, um valor, eu tenho de descontar desse valor para cobrir o assalto que fizeram, a roubalheira do Governo do PT nos fundos de pensão. É isso.



Então, eu estou apenas fazendo esse comentário para insistir um pouco, Samuel e outros que perguntaram, para que a contribuição seja a maior possível, que o senhor dê a maior relevância possível, que nos ajude a sair disso. O povo brasileiro merece boa saúde, boa educação. O povo brasileiro merece boa segurança, merece um transporte nas ruas, mobilidade urbana da melhor qualidade. No entanto, isso não existe.

Afinal, a Presidente não só falava em bilhões, como anunciou, logo no começo do Governo, que iria entregar o trem-bala ligando Rio de Janeiro a São Paulo, na Copa do Mundo de 2014. Isso é o Governo do PT, e ainda tem gente que acredita. Aliás, 8%, de acordo com a última pesquisa — é isso, né — e 70% estão dizendo que ela é responsável pela corrupção que está acontecendo no Brasil e o mesmo com relação ao Lula. Está agora muito claro a respeito disso. Caiu a ficha para o povo brasileiro. De tanto ver assalto aos cofres públicos, caiu a ficha do que está acontecendo com o País.

Eu perguntei há pouco aqui ao Sr. Carlos Alberto e volto a perguntar, apenas para registrar, se o senhor acredita que esses desvios dos Fundos de Pensão também serviram para irrigar cofres de partidos, campanhas políticas. O senhor acredita nisso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu só posso dizer das operações de que eu participei.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, mas essas operações, o senhor acredita que atenderam à demanda de partidos, de políticos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - As operações de que eu participei relativamente aos fundos de previdência, esses dinheiros foram aplicados 100% no Fundo Viagens Brasil e nas empresas Marsans. Com referência a outras coisas que acontecem nos fundos de pensão, eu não participei. Então, eu não posso dizer. Eu, como colaborador, tenho que dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, mas o Grupo Marsans, onde foi parar esse dinheiro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Infelizmente, quando eu vi que foi deflagrada a Operação Lava-Jato, os bancos cortaram créditos da Marsans. O administrador da



Marsans, junto com o gestor, fez a dissolução do fundo e a empresa faliu, infelizmente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É isso que não dá para entender. Quer dizer, saíram dali bilhões de prejuízo e fica por isso mesmo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu fui um dos que tive prejuízo — e muito.
(*Manifestação na plateia.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quer dizer que os aposentados e pensionistas não tiveram?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também tiveram.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Tiveram? E o desvio desse dinheiro foi parar aonde?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não teve desvio. Foi aplicado na empresa e a empresa quebrou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele disse que teve intermediadores que receberam negócios. Não teve, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, e foram pagos por mim. As propinas foram pagas por mim, com dinheiro do meu bolso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É isso o que eu estou perguntando. É isso o que eu estou perguntando. Para quem o senhor pagou?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu paguei porque o intermediário me cobrou, e eu paguei. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quem era o intermediário?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - O Ari Ariza, o Sérgio Luiz Eles eram os intermediários.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor falou de Deputados do PP e do PT? O senhor tem com identificar isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com Deputados do PP, eu operei na questão PETROBRAS, não em fundos de pensão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não em fundos de pensão. Nenhum caso, então?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não teve.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não teve caso com Santa Catarina, fundo de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não teve.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor teve apanhados no seu escritório arquivos do seu computador relacionados à intermediação e negócios com a PETROS. O senhor se lembra dessa apreensão? O que continha?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, no meu computador, tenho certeza de que não. No meu, não. Pode ser que tenha no computador de algum outro que trabalhava na empresa GFD.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deputado Rubens, permita-me um aparte?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim. Pois não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O depoente disse que pagou ao Ari Ariza e ao Sérgio propina para intermediar fundos de pensão. De que forma se davam esses pagamentos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Dinheiro vivo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entregues aonde?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Entregues a ele, no meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que valor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Às vezes 10%, às vezes 8%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso num negócio de quanto? O senhor se recorda?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Teve investimentos de 2 milhões, teve investimentos de 13 milhões, teve investimentos de 1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, quer dizer que, num investimento de 13 milhões, acima de 1 milhão de propina.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Esse Grupo PAR, que o senhor citou, dentro dele tinha alguma relação com pontuação. É isso? Tem alguma relação com o Alexej, com 50 milhões de debêntures? Tem alguma coisa a ver?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Ele foi lá realmente para me mostrar esse investimento nessa questão dessa empresa tipo pontuação.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E por que o senhor optou, então, pelo POSTALIS e pela FUNCEF nesse caso dessa pontuação do Grupo PAR?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não optei. O Alexej foi me oferecer se eu queria comprar cotas dessa empresa de pontuação. Não tem nada a ver com o POSTALIS. O POSTALIS, eu fiz uma emissão de debêntures do Grupo Marsans, onde a GFD garantiu com imóveis, 100% de garantia real, mais toda receita de cartão crédito dela, no caso, nas vendas, está certo, eu eu ofereci ao POSTALIS para que o POSTALIS comprasse essas debêntures. E isso não ocorreu. O POSTALIS não comprou as debêntures. O negócio não ocorreu.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E esse contato com o Sr. Humberto Grault, da PETROS? O senhor teve algum contato com ele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não teve. Não pagou propina nenhuma, não conhece, não viu?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não passou pelo escritório para tomar um cafezinho?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, é assim que nós estamos vivendo neste País. Não se tem resposta para a sociedade; o País descendo ladeira abaixo na economia. A corrupção tomou conta de todos os setores do Governo, uma tristeza para a sociedade que trabalha, e você não vê a autoridade dizer minimamente o que pode contribuir.

Felizmente, nós temos a Polícia Federal. Felizmente, nós temos a Justiça Federal, o Juiz Sérgio Moura. Felizmente, nós temos o Ministério Público Federal. Felizmente, porque não fosse isso, aqui à Casa não respondem nada. Infelizmente, isso é uma vergonha.

O fiasco da CPI da PETROBRAS, na semana passada, nesta Casa, é um fiasco que demonstra que Parlamentares que votaram a favor daquilo não têm nenhum sentimento do que é ser respeitado, nenhum sentimento do que é ser respeitado.



Esta Casa só será respeitada se os Parlamentares não abrirem mão das suas prerrogativas de investigar e punir todos, independente de partido, independente do setor em que atuem. Nós estamos vendo os maiores empresários, empreiteiros presos. Aliás, antigamente, falava-se que prisão no Brasil era para pobre. Agora, os maiores empreiteiros do Brasil, entre os maiores do mundo, estão presos, porque temos instituições que funcionam.

Se esta instituição funcionasse e zelasse por aquilo que representa respeito à sociedade, como representantes e mandatários públicos, nós seríamos outro País. Infelizmente, estamos vivendo esse período de Governo do PT.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Assino embaixo, e vamos lutar para que o desfecho desta CPI seja diferente, Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Obrigado, Presidente. Pois é, prezado Deputado Rubens Bueno, o País assiste estarecido, há mais de 1 ano, como V.Exa. bem disse, ao maior escândalo de corrupção do mundo, e o Sr. Alberto Youssef era, eu diria, uma pequena peça nessa monstruosa engrenagem.

Pelo que a gente acompanha, Sr. Youssef, do que se desenrola no âmbito da Operação Lava-Jato, V.Sa., em determinados momentos, funcionava como aquele que lavava o dinheiro, como aquele que pagava as propinas. Em outros momentos, V.Sa. funciona como um lobista, um resolvidor de problemas, um abridor de portas. Em alguns outros, V.Sa. funciona como tendo participação em empresas que efetivamente prestam algum tipo de serviço ao Governo, ao mercado.

O objetivo desta CPI, Sr. Youssef, é principalmente atacar e tentar esclarecer dois pontos que nos parecem fundamentais. O primeiro deles é entender como funcionou essa poderosa engrenagem da tomada de decisões no encaminhamento dos fundos de pensão para a aplicação dos seus recursos em investimentos que muitas vezes não eram, do ponto de vista econômico e financeiro, o mais correto a se fazer.

A CPI tem este desafio: tentar identificar como é que funciona essa estrutura e essa voz de comando, já que é sabido por todos nós que o corpo dirigente desses fundos de pensão formava aquilo que se denominou de “Clube do Amém”, recebia a



ordem de um ser superior, dizendo onde esses fundos deveriam colocar os recursos de milhares e milhares de participantes, pensionistas e aposentados dessas empresas públicas.

Por outro lado, a CPI precisa identificar, entre essas diversas intervenções, entre esses diversos investimentos e operações, quais delas efetivamente foi fruto de corrupção, qual delas efetivamente foi fruto de má gestão ou de gestão temerária.

Confesso que o depoimento de V.Sa. frustra esta CPI. Todos nós sabemos que V.Sa. é um homem de intensas relações não só no meio empresarial, mas também no meio político nos últimos anos. Então, é claro, V.Sa., como disse que não pode ser absolvido por tudo de que V.Sa. participou, deu efetivamente uma contribuição importante ao País quando realizou um Termo de Colaboração Premiada, que expôs, em muitas situações, as mazelas que ocorriam no âmbito da PETROBRAS.

Infelizmente, V.Sa. — não sei se por estratégia do seu advogado — prefere silenciar sobre temas que todos nós sabemos. O próprio advogado de V.Sa. aqui confirmou que V.Sa. constantemente se reunia com o Sr. João Vaccari Neto para tratar de fundo de pensão, mas, infelizmente, V.Sa., parece, não está disposto a continuar a colaborar não conosco, não com os Deputados desta CPI, mas com o País, com o País que espera, com muita avidez, deste Congresso Nacional posturas que venham pelo menos honrar o voto de cada um que representa aqui o povo brasileiro.

Eu vou fazer poucas perguntas. Muitas delas já foram aqui levantadas, mas eu gostaria de saber de V.Sa., já que confirmou a participação acionária na empresa GFD, se pertence a V.Sa.?

O SR. ALBERTO YOUSSEF- Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Como se deu a operação entre a empresa de V.Sa., a Corretora Planner, a Construtora OAS, que viabilizou a conclusão de um prédio no Guarujá que estava paralisado, prédio este objeto de uma operação com o BANCOOP. Como se deu essa operação? O que V.Sa. poderia esclarecer sobre essa operação a esta CPI?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu posso esclarecer sim, senhor, Deputado. A GFD não participou dessa operação. A GFD era cliente da Corretora Planner. Por



isso, com certeza, na quebra de sigilo, devem ter depósitos feitos da GFD na Corretora Planner, por conta de investimentos na área de ações, na compra de dólar futuro, na venda futuro. Então, a Corretora Planner... a GFD era cliente da Planner. Quando a GFD fazia investimentos na Bolsa, era feito através da Corretora Planner.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor conhece o Sr. José Carlos Bumlai, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Nunca teve relação, nunca teve nenhum contato com o Sr. Bumlai?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, nunca tive.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu vou aqui tentar esclarecer o que disse o Sr. Russo, do POSTALIS, até para que V.Sa. possa confirmar ou desmentir.

Ele disse que conheceu V.Sa. num restaurante, V.Sa. apresentou-se, deu um cartão. Dois anos ou três anos depois, V.Sa. o procurou, ele já teria saído do POSTALIS. V.Sa. o chamou para que ele pudesse participar da montagem de uma operação, porque se estava montando uma *startup* de informática, de um processo de controle de produção de máquinas. Ele avaliou, disse que o negócio não tinha condição de se viabilizar, e a conversa ficou por aí. Segundo ele, V.Sa. o procurou com esse pleito de participação nisso. Isso é verdade?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não me lembro...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Depois disso, ele informa também que esteve depois com o senhor, o senhor voltou a procurá-lo, para tratar exatamente dessa operação que V.Sa. tentava colocar em pé, sobre o papel Marsans. V.Sa. abordou esse assunto também com o Sr. Russo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, posso ter pedido opiniões a ele sim. Posso ter pedido opiniões a ele, sim, a respeito da montagem, mas não que ele tenha tido um papel efetivo nesse assunto. Esse tipo de situação nunca foi conversada com ele, a respeito do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa operação da GFD é aquela que envolve o apartamento do Lula, é isso?

Muito bem, com a palavra o Deputado Andres Sanchez.



O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Vou ser rápido, Presidente.

Dr. Youssef, o senhor só tinha amizade com o Dr. Mente, Cláudio Mente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, na verdade, o Cláudio Mente tinha operações, obviamente, que ele fazia com o Deputado José Janene. Eu, como braço direito na época e a pessoa que cuidava do caixa do Deputado, obviamente tinha relações com o Cláudio Mente, relações de amizade, mas não tinha negócios com ele.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor montou escritório dentro do escritório do Sr. Claudio Mente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Porque o Dr. Carlos falou que o senhor tinha montado uma sala...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - ... no escritório dele.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nunca tive.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O Janene, sim. Ele falou: o Janene e, depois, o Dr. Youssef.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não. Eu nunca tive. Se ele falou, não é verdadeiro.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor ia muito frequente ao escritório do Sr. Mente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Várias vezes eu fui.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O senhor viu quantas vezes o Vaccari lá?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O que o senhor sente quando o senhor fala nos depoimentos em CPI ou na Polícia Federal, quando o senhor dá o nome de algum ente político ou de algum partido político e todo mundo o aplaude? E quando o senhor diz que não tem conhecimento, que não tem participação, que não sabe de nada, todo mundo o vaia?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu não posso ser leviano. Eu tenho que dizer realmente o que aconteceu e a verdade. Se as pessoas vão, se elas aplaudem, eu não posso fazer nada.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Realmente, nós vivemos num País de hipócritas há muitas décadas.

Obrigado.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - De nada, senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, permita-me só um questionamento ao depoente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Numa das falas aqui há pouco, o depoente disse que um dos investimentos, esse da Marsans, ele tinha grau de investimento de uma das agências, AA, A+. É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Se não me engano, era BBB, ou BB+, ou BB-, alguma coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nos investimentos que V.Sa. fazia, o senhor sempre procurava uma agência de *rating* para dizer se era um bom ou mau investimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma consultoria?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era a preferida do senhor? Qual era...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu não me lembro porque quem fazia isso era quem dirigia a empresa. Então...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece alguma dessas agências de risco?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, conheço de ouvir dizer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas era comum um investimento ser feito se tivesse uma avaliação dessas agências?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sem avaliação de grau positivo não era?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu perguntei se ele consultava as agências de risco para investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas como é que ele contratou para ele? Você perguntou?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual a agência que ele contratou para o negócio dele?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não. Ele disse que a agência era contratada por quem fazia a operação, não por ele.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu não quero interromper aqui, sei que há uma ordem de inscrição. Eu quero só um esclarecimento: o senhor disse que está fazendo dois acordos de colaboração com a Justiça sobre fundos de pensão especificamente?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não chegou a dizer isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não tem nada específico de fundos de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tem nada específico disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para esclarecer...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - São dois termos de colaboração em que eu menciono as operações que eu fiz com os fundos de previdência e com a tentativa de colocação das debêntures da Marsans no fundo POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram essas duas passagens que justificaram a vinda do Sr. Alberto Youssef, para a Comissão investigar se havia como se aprofundar nessa relação com os fundos de pensão.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E é isso o que existe, nada mais que isso. É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, ele disse que foi só dessa forma superficial, apesar de a própria palavra do Dr. Carlos Pereira da Costa, antes, ter sido até mais esclarecedora sobre essas relações.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero só esclarecer sobre a ordem, porque há Deputados esperando. Temos aqui o Deputado Wadson Ribeiro, o Deputado Sóstenes, Deputado Assis Carvalho e Deputado Pompeo de Mattos, que, na verdade, foi votar e está na sequência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão. Ele foi marcar presença.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria aprofundar um pouco esses dois pontos cruciais que elucidam... Há um conjunto, um cipal de corrupção, com várias ramificações. A corrupção no Brasil atingiu uma escala inacreditável, institucionalizada, escala industrial, contaminando toda a máquina pública. Agora já chegou ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além da PETROBRAS. Então, é um processo inacreditável. Aqui o nosso foco são os fundos.

Sr. Youssef, a sua contadora, Meire Poza, num depoimento na CPI, foi muito precisa em relação à colocação das debêntures da Marsans. Já estava tudo arquitetado e encaminhado nos trilhos com a FUNCEF, com o POSTALIS. Ela menciona, inclusive, que tomou um café, dia 14 de março, com o senhor e que houve a narrativa de que o senhor esteve em Brasília, no dia 12 de março, um pouco antes de a Lava-Jato gerar os seus efeitos, que na verdade impactaram essa operação. Eu queria ouvir sobre quais foram os impactos da Lava-Jato, em que estágio estavam as tratativas, mas eu pergunto: houve essa viagem dia 12 de março a Brasília e esse café da manhã, depois, com a sua contadora, a Meire Poza?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olhe, na semana anterior à deflagração da Lava-Jato, eu estive realmente em Brasília...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cuidando do lançamento das debêntures?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - E um dos assuntos que eu vim tratar foi o lançamento das debêntures.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Com quem o senhor se encontrou neste dia 12 de março?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não lembro se foi dia 12, se foi dia 11, se foi dia 10...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, na semana anterior à Lava-Jato.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu estive na FUNCEF, mostrei as debêntures, e as pessoas que me atenderam na FUNCEF foram claras: elas não tinham interesse em participar da compra dessas debêntures.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas estava muito bem encaminhado no POSTALIS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na questão do POSTALIS, eu estava procurando falar com o Renan, como eu já relatei, com o Senador Renan, como eu já relatei no meu termo de colaboração, porque, de ouvir dizer, era ele quem tinha indicado o Diretor Financeiro. Como nós já tínhamos mostrado, o Banco Máxima já tinha mostrado essas debêntures para a área de investimento do POSTALIS, e eles gostaram muito das debêntures, eu fui procurar o Renan para que, se realmente fosse ele a pessoa que indicou o Diretor Financeiro, ele pudesse nos ajudar na colocação das debêntures. Mas isso não chegou a acontecer...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Que era o Sr. André Luiz?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Isso não chegou a acontecer. Eu não me encontrei com o Renan, eu não falei com ele e não fiquei sabendo se realmente ele era o cara que indicou ou não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o senhor admitiu que pagou do seu dinheiro, do investimento. Iria fazer o lançamento, a capitalização via debêntures, mas dos recursos do senhor houve propina?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Dos meus sim, mas para os fundos de previdência que aportaram no Fundo Máxima, num primeiro momento, e depois em Viagens Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual o papel do Sr. Ari Ariza nisso? O senhor fala que ele é uma pessoa que transita?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Ele foi o intermediário. Ele foi o intermediário.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E ele representava quem, no seu ponto de vista?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Ele visitava vários fundos de previdência. Não sei quem ele representava.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E ligações políticas? Ele agia em nome de alguém?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. A mim, pelo menos, ele nunca mencionou.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Esses pagamentos eram a título de intermediação dessa relação com os fundos para captar recursos para o Fundo Máxima?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, senhor. E o único que realmente ele trouxe o presidente do fundo pra falar comigo foi o fundo de Tocantins, onde eu relato que estive com o Gustavo, inclusive adiantei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E sua relação com o Dr. Carlos Borges? É distante? Ele é um dirigente de fundo e parece que tem uma vida social comum e muito intensa com senhor.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Carlos Borges?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Diretor de participações da FUNCEF.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não conhece?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode ter sido ele com quem o senhor se reuniu na FUNCEF?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não me lembro do nome. Eu lembro que ele me deu um cartão, e esse cartão deve ter sido apreendido junto, na busca e apreensão que teve na GFI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, não houve reunião nenhuma do Sr. Carlos Borges com o ex-Deputado André Vargas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não houve. Que eu saiba, não houve.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O ex-Deputado André Vargas propiciou alguma reunião com fundos de previdência?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, simplesmente ele ligou para uma das pessoas do fundo, que eu não lembro qual foi, para saber se ele poderia me receber para que eu fizesse a apresentação do papel. E foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa agenda foi feita pelo Deputado André Vargas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - No caso do Fundo Máxima e do Marsans, a sua contadora foi muito mais assertiva, no sentido dessa relação incestuosa com os fundos e a captação. Mas o seu advogado também foi muito claro hoje, aqui, em relação a outra operação da Indústria de Metais Vale Ltda.; a Siderúrgica Barra Mansa, que forneceria, com tecnologia avançada, ferro gusa, o que acabou micando. Mas ele foi preciso em afirmar — inclusive em depoimento à Polícia Federal, e aqui, hoje, foi reafirmado — que o dirigente de fundos de pensão, Humberto Pires Grault, negociou propina para intermediar negócios fraudulentos, inclusive esse, onde títulos de direitos creditícios adquiridos pela PETROS, 100% do fundo formado, gerou uma propina de 500 mil reais. O senhor confirma isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não posso confirmar, porque eu não participei disso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o seu advogado disse que estava...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não. Deputado, vamos esclarecer as coisas aqui, para não ficar tumultuado. O advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, inicialmente, trabalhava na CSA. Depois que ele saiu da CSA, ele veio trabalhar pra mim e montar o fundo de investimentos da GFD. Então, anterior a isso, ele tratava



com os donos da CSA, que era Claudio Mente e Rubens de Andrade. Eu não participei disso. Então, não posso dizer se é verdadeiro ou falso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas vamos esclarecer as coisas também, Sr. Youssef: eles tratavam com o Sr. José Janene, a CSA. E o senhor se autodenomina o braço direito do Sr. José Janene.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Depois que o Sr. José Janene resolveu fazer um investimento na IMV; depois... O fundo PETROS já tinha feito esse investimento há mais de ano, ou há cerca de 1 ano, ou há cerca de 9 meses, ou 10 meses, 11 meses, eu não sei precisar esse relato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não houve interferência do José Janene nessa relação com a PETROS não?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não houve interferência do José Janene nessa relação com a PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, do Sr. Vaccari, o senhor tem conhecimento de que houve, de ouvir dizer?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu tenho conhecimento por conta de que o Carlos Pereira da Costa deu o depoimento dele e eu li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu lhe devolvo a palavra, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor fazia, entre outros serviços e empreendimentos, intermediação cambial, operações? No caso da Sete Brasil e do Estaleiro Rio Grande, que foi um centro de propina sistemático institucionalizado, com taxa fixa de 1% sobre todos os contratos, eles recorreram aos seus serviços de doleiro para repasse de propinas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, até onde eu sei, não. Eu tinha um caixa dois de duas grandes empreiteiras que faziam alguns negócios de caixa dois comigo. Não sei se era 100%, se era 80%, ou era 50%, mas eu tinha. Agora, eu não posso dizer e afirmar que eles fizeram esses valores comigo para entregar algum valor referente à Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Houve uma série de interrupções, Sr. Presidente. Portanto, peço um pouquinho de paciência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas estamos todos tolerantes aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A Engevix fazia parte da carteira de serviços da sua empresa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Mas eu não tenho conhecimento se ele fez algum pagamento ou não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A imprensa noticiou que, nos seus computadores, havia 12 arquivos sobre negócios com a PETROS. Refiro-me não só supostamente a essa operação com a Siderúrgica Barra Mansa, mas a outros tantos. O senhor confirma isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - No meu computador, tenho certeza que não. Pode ser no computador do Carlos Alberto Pereira da Costa, que era quem cuidava do assunto da IMV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele também disse que não era no dele.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem apresentou o senhor ao Adilson Florêncio da Costa? Foi algum líder político, alguém da sua convivência no meio político?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não me lembro. Faz muito tempo e eu não quero...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Uma última pergunta: o senhor fez uma reflexão, num dos seus depoimentos, sobre investimentos nos fundos que entraram pesado nisso, e várias operações micaram. E o senhor, como especialista no mercado financeiro, muito bem descreveu e seria importante para esta Comissão compreender isso: a estruturação de operações do setor energético candidatas a micar, por definição. Parece que foi até uma engenharia que teve em seu laboratório o Janene como especialista. Como é que se dá isso, essa estruturação dessas empresas no ramo energético e que levam, no final, prejuízo aos fundos? *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Realmente, não tenho como lhe explicar isso, porque eu não sou especialista nisso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas tem isso nos seus depoimentos. O senhor descreveu muito bem como foi a estruturação de alguns



desses fundos voltados para o setor energético em que os fundos de pensão entraram pesado.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não... eu não...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor não está recordando?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não me recordo de ter feito alguma observação com relação a isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está ótimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra Deputado Pompeo de Mattos.

Na sequência, falarão os Deputados Sóstenes Cavalcante, Assis Carvalho, Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Alberto Youssef, o senhor diz que foi montada a GFD, é isso? A seu pedido? É um fundo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, um fundo de investimento fechado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Carlos Alberto foi o seu advogado, foi quem o senhor designou para fazer essa montagem. A GFD era sócia da IMV?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Da CSA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Investia uma na outra?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não tinha recursos de uma na outra?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Dr. Carlos Alberto disse aqui, e o senhor reafirmou, que a GFD emitia notas fiscais, notas falsas, para justificar serviços não realizados, enfim, para aporte financeiro.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu vou dar uma explicação mais, assim, para ver se o Deputado consegue entender. A GFD, como era minha — e eu precisava



de recursos na GFD —, então eu tinha reais vivos, fora do banco, em espécie. Aí, quando surgia a oportunidade de fazer alguma emissão de nota com alguma empreiteira, eu fazia essa emissão de nota com a empreiteira e dava esses reais vivos que eram meus...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A empreiteira não repassava para o senhor. O senhor repassava direto à GFD, é isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu emitia uma nota contra a empreiteira, esse dinheiro entrava na GFD e não saía da GFD, a não ser para investimentos da GFD.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E não saía da empreiteira também o dinheiro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Saía da empreiteira.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso não é outra coisa que não lavagem de dinheiro, é isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na verdade, eu estava esquentando aquele valor que estava...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esquentando, lavando, limpando. Acho que é isso que precisa se esclarecer. Objetivamente, agora: o senhor tem recordação de quantas notas fiscais e o valor dessas notas fiscais?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu acho que foram três ou quatro notas no máximo, contra a GFD.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois é, o seu advogado disse que eram umas seis ou sete.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho de cabeça, então...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, e quais os valores?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Em torno de uns 15 milhões, mais ou menos, no total.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cada um ou no total?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - No total.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele disse que podia ter chegado a 20. O senhor diz que foram 15 milhões.

Quais foram as empresas ou empresários que, digamos assim, entraram na negociação? *(Pausa.)*



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Acho que nós fizemos notas com a Engevix, com a Mendes Júnior. Depois nós tivemos notas com a Sanko, que foi comissionamento de venda de produtos, que não tem nada a ver com esse assunto. Eu acho que foram com essas duas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E com a Sete Brasil?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nunca tivemos nenhum relacionamento com empresas referentes à Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o Estaleiro Rio Grande?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas a Engevix não estava junto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - A nota que foi emitida contra a Engevix foi pra receber valores de contrato oriundos da RNEST.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De qual?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Da refinaria RNEST.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Da refinaria.

Sobre fundos de pensões, o senhor teve uma negociação com a PETROS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas essas empresas chegaram a operar com a PETROS? Quando é que operou a CSA e a IMV?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, o Carlos Alberto Pereira da Costa veio aqui e, no depoimento dele à Polícia Federal, falou que foi com a IMV.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com a IMV?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Pelo que eu li.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual é o valor? O senhor sabe?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tenho ideia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Seriam aqueles 12 milhões?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Pode ser que sim, eu não tenho ideia. Eu não participei, então, eu não posso aclarar essa situação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor não sabe também da propina dos 500 mil na IMV, que virou 3 milhões?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não. Eu vim saber agora, depois do depoimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Antes, o senhor não tomou conhecimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E a Siderúrgica Barra Mansa? O senhor chegou a fazer negociação com ela?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Em determinado momento, Cláudio Mente, da CSA, ofereceu um negócio para que o Sr. José Janene participasse. Aí ele fez investimentos na IMV, que é essa empresa que a PETROS também fez investimento e que, no final, não deu certo, micou.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor apontou aqui, nos seus depoimentos, negociações com vários partidos e com vários Deputados. O senhor citou nominalmente Deputados. O senhor retirou o nome desses Deputados em determinado momento? O senhor incluiu, reincluiu, colocou e retirou?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, meu depoimento, perante os meus termos de colaboração, são retilíneos. Eu nunca incluí ou retirei nenhum Deputado, nenhum Senador.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas, quanto àqueles que o senhor manifestou no primeiro depoimento, o senhor chegou a voltar atrás?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A informação que nós temos é que o senhor teria dito: *“tal Deputado eu conheço e foi feito isso; tal Deputado eu conheço e foi feito aquilo; tal eu conheço e foi feito aquilo outro”*. Depois, teria uma notícia de que não seria bem assim, de que alguns o senhor não conheceria, que ouviu falar, quem sabe, talvez...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Em todos os meus depoimentos eu fui muito claro. Os que realmente eu tratei diretamente, eu falei que tratei diretamente; os que eu não tratei diretamente, eu deixei claro que eu não tratei diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vou concluir, Presidente. Tudo isso estourou lá na PETROBRAS. Rodeou, rodeou e veio aparecer nos fundos de pensão. E há quem diga que vai rodear, rodear e bater lá na Zelotes. O senhor tem conhecimento da Operação Zelotes? Sabe disso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tenho. Eu sei por notícia de jornais, revistas e televisão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Que as figuras que batem na PETROBRAS muitas delas rebatem nos fundos de pensão e vão repercutir lá na Zelotes. Dizem que a Zelotes dá três vezes a PETROBRAS. Veja o tamanho do rombo.

Eu encerro, Presidente. Na verdade, a gente tem noção bem clara do papel que cabe ao senhor nesse imbróglio todo aí. Mas a verdade é que me parece que toda a verdade não está tão transparente com poderia ser, para que a gente tivesse uma leitura e, realmente, passasse a limpo, até porque não está tudo em suas mãos. Eu sei que há mais pessoas que sabem tanto quanto o senhor e que não se propuseram a abrir e dizer o que o senhor está dizendo. Mas, de qualquer sorte, eu lhe agradeço.

Eu acho que a investigação ainda tem que se aprofundar sobre os nomes. Quanto a esse dinheiro, pois são 15 milhões de notas falsas que ele fez, que ele distribuiu aqui, que distribuiu ali, que distribuiu acolá. E nós temos que passar a limpo para saber quem pegou, quem levou, quanto ganhou.

Eu acho que esclarecer isso também é uma obrigação da CPI para, se não para nós, mas para a opinião pública, isso se faz necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Com a palavra Deputado Sóstenes Cavalcante, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Nobre Presidente, inicialmente gostaria só de esclarecer algo sobre o procedimento — por desconhecimento total, Deputado Efraim Filho. Eu não sei se é procedimento nosso, quando a gente convoca alguém, o depoente, embaixo do nome, colocar a profissão. É só uma interrogação, porque eu não sei se seria o mesmo procedimento — e sei que não é de V.Exa., é da assessoria —, se fosse o depoente um servente



de pedreiro e negro, colocar a profissão embaixo. Eu acho que seria mais adequado colocar “convocado” em vez de “empresário”.

É só uma observação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Observação válida, mas todo depoente aqui tem a sua qualificação.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quando é diretor de negócio, diretor da empresa tal, tal.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Por isso que eu fiz essa indagação a título de pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tanto que na qualificação do “senhor 3” tem a indicação de “advogado”. É válida e pertinente a sua pergunta, seu questionamento, mas todo o depoente aqui tem a sua qualificação.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Só a título de sugestão, quando for convocado, para gente não expor o convocado, até para não ficar despropositado. Era essa a observação inicial.

Logo, quero agradecer ao Sr. Youssef pela sua presença, pela sua presteza e tentativa de colaborar. Lógico que, em momento nenhum, quando tive a motivação do requerimento, não era nada pessoal, até porque não o conheço, mas as informações chegam por todos os lugares, e eu entendi que V.Sa. poderia contribuir de maneira eficiente com esta Comissão.

Eu gostaria inicialmente de entender o seguinte: onde é a sua residência fixa e domicílio? Você tem mais de uma? Para eu poder entender um pouquinho.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, agora eu resido na custódia da Polícia Federal de Curitiba. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k. Lógico. Logicamente, eu estou perguntando anteriormente. Qual era a sua residência fixa.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - São Paulo, Capital.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - São Paulo, Capital. V.Sa. tem outros domicílios em outros lugares além de São Paulo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu tinha domicílio em Londrina.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Onde? Desculpa.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Londrina, Paraná.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Londrina, Paraná. O.K.

Qual é a sua convivência e amizade com os Srs. João Vaccari e José Dirceu?
De que data? Era uma boa convivência? Convivência distante? Como é que é isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Muito distante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Muito distante?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Muito distante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Dos dois?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Dos dois.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - De ambos. O senhor conheceu o Sr. Ivo Lodo, ex-sócio da BVA?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não o conhece?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Nunca esteve em reuniões com ele?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O falecido Conselheiro Fiscal do Sindicato de Empregados em Previdência Privada do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Roberto de Souza. Já é falecido. Chegou a conhecê-lo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Também não. O Sr. Francisco Colombo, que foi Diretor-Presidente da CBTU...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Fui eu que indiquei.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Foi você que indicou?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foi. Era meu amigo. Infelizmente, faleceu de uma leucemia.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Correto. Essa indicação de V.Sa. teve o apadrinhamento político de quem?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Inicialmente do Deputado Pizzolatti, na época, do Ministro Mário Negromonte, na época, e, aí, depois, ele foi...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Reconduzido?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Conduzido à CBTU e apadrinhado pelo Senador Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Senador Benedito?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O Sr. José Elton de Oliveira, conhece? Conselheiro da Após-Furnas, Paraná.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não o conheço.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não o conhece.

Lamentavelmente, e pelo que tenho visto a sua frieza em temperamento que lhe é peculiar das suas características temperamentais, isso contribui e é um perfil literal de um grande executivo. Isso não é demérito, é virtude.

Como se sente uma pessoa com o seu temperamento, depois de tudo o que veio ao conhecimento público? As suas questões de foro íntimo, V.Sa. entende que, nesta Comissão, e o que tem de acusações também do seu envolvimento com o fundo de pensão, no seu foro íntimo, toda contribuição que V.Sa. teria para nos dar para que nós passemos o País a limpo, mais justo para seus filhos e netos, se é que os tem, toda a sua contribuição já foi feita nesta Comissão? Não tem mais nada a ser agregado?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Infelizmente, nesta Comissão de Fundos de Pensão, o que eu poderia contribuir, eu contribuí, falando das operações de que realmente eu participei, de que eu fui efetivo. Eu não posso ser leviano e aqui fazer insinuações ou acusações interpostas a pessoas que realmente eu não participei. E aí fica difícil.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Então, todas as suas contribuições já foram dadas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sendo assim, Sr. Presidente, eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De nada, Deputado Sóstenes Cavalcante.



O Sr. Alberto Youssef tem duas passagens em termos de colaborações que tocam nos assuntos dos fundos de pensão. Quando V.Exa. fez o requerimento, tenho certeza de que a expectativa era de que pudesse aprofundar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sem dúvidas. Essa foi a motivação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E nós podemos ir, na missão de investigar, até onde for possível. Acredito que algumas contribuições foram dadas para esclarecer o tráfico de influência e o aparelhamento das instituições.

Seguimos com o Deputado Assis Carvalho. S. Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, Alberto Youssef, antes de fazer alguma pergunta, quero fazer um registro apenas para reforçar, na fala do Deputado Marcus Pestana, em que ele registra que a Operação Zelotes já se apresenta talvez três vezes a situação da Lava-Jato. E é um fato que a gente tem como concreto, porque, pelo menos, o que se tem visto na imprensa, só a sonegação da Gerdau e da RBS, filiada da Rede Globo, é praticamente o valor correspondente ao da Lava-Jato. Muito embora, eu não sei se haverá o acompanhamento necessário para passar o Brasil a limpo como se coloca, quando tem a Rede Globo e a Gerdau como os principais envolvidos no esquema criminoso neste País.

Mas eu queria perguntar primeiro ao Sr. Alberto Youssef, embora eu já tenha ouvido, mas para reforço. O senhor teve alguma operação concluída com o fundo de pensão FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor teve alguma operação iniciada e concluída com o POSTALIS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Iniciada, sim; concluída, não, senhor. Iniciada no sentido de...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Acho que foram as primeiras tratativas.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foram mostrados os documentos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Foram apresentados os documentos e não houve a confirmação do investimento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Faço isso, acho que para efeito de registro, porque eu acho que o fato de apresentar documentos e discutir temas não há prática, até aí, de nenhum crime. A partir daí, fez-se uma operação que se caracteriza como fraude, a gente discute o crime. Então, estou ouvindo que, pelo menos com o POSTALIS e com a FUNCEF, o senhor confirma que não houve a concretização disso.

Coloco isso porque sei que, neste momento em que a Lava-Jato foi instalada, está se dando uma grande contribuição, como bem colocou aqui o Deputado Pompeo de Mattos, que não sei se está aqui ainda, para a gente conhecer como é que as engrenagens funcionam.

É preciso registrar também, nesta Comissão, que isso não é uma situação antiga neste País, é uma situação nova, não por que a corrupção seja nova, pois a corrupção é antiga. Mas é preciso registrar uma manifestação já publicada na imprensa sobre uma obra do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual ele registra, com todas as letras, que já conhecia os esquemas da PETROBRAS em 1996. Infelizmente, por que sim, por que não, não teve interesse de apurar. É um fato que ele registra, mas não é novidade nenhuma.

Eu não poderia deixar de registrar isso, porque, como bem colocou aqui o Deputado Andres Sanchez, às vezes, a gente transforma um debate sério em um debate hipócrita, um debate de teatro, um debate que não quer se chegar a lugar nenhum. Digo isso porque vi aqui Deputados que se manifestaram dizerem, com todas as letras, que antes ia para cadeia o pobre e rico não ia para cadeia. Só que ele não disse que rico vai para cadeia desde os Governos de Lula para cá. Antes, rico não ia para cadeia mesmo não, porque tudo era engavetado. Como bem colocou Fernando Henrique Cardoso, em 1996 ele já conhecia o rombo da PETROBRAS, mas não podia mexer, porque alguém engavetava; nenhum delegado podia trabalhar, porque, quando começava a trabalhar, ele mandava para outra região da Federação. Então, aquilo que era para ser elogiado, agora, parece combatido por aqueles que roubavam e jogavam para baixo do tapete as investigações.



Eu não vou me alongar muito porque a pauta principal aqui são os fundos de pensão. (*Palmas.*) É a pauta que nós queremos aprofundar, para investigar qualquer um que tenha colocado a mão num fundo de pensão, seja a FUNCEF — e sou funcionário aposentado da Caixa Econômica Federal e, por isso, tenho que zelar por uma história que construímos —, seja a POSTALIS. É uma frustração muito grande você montar um fundo de pensão e depois ser roubado por quem quer que seja. Isso não é possível. Então, aquilo que disser aqui, por ser papel desta Comissão sobre fundos de pensão, nós vamos aprofundar.

Portanto, a minha pergunta é a seguinte: qual era a operação concretizada com os dois fundos de pensão que mais motivaram a sua presença aqui? Como já coloquei o POSTALIS e a FUNCEF, eu pergunto: sobre a PETROS, tivemos operação sua concluída com a PETROS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Estou contemplado, Sr. Presidente, porque o Sr. Alberto Youssef confirma concretamente que, dentro das suas operações que estão publicadas, não são fáceis, são situações bastante questionadas para outras situações, mas para esta Comissão específica, pelo que ele está dizendo — e espero que ele não esteja mentindo nesta Comissão —, ele não teve relações concretizadas com fundos de pensão.

Estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. A Comissão não poderia era ser omissa e se negar a se aprofundar nas investigações.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu quero parabenizar a Mesa, que fez o que tinha de ser feito. No entanto, nós estamos deixando claro tudo que nós estamos apurando aqui no depoimento que ele está fazendo. Eu espero que ele não esteja mentindo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, cumprimento todos os nobres colegas, o Sr. Youssef e o seu advogado, que aqui estão.



A Presidente Dilma disse que ela não respeita delator. Eu queria dizer que V.Exa. — e aqui o chamo de Excelência, porque o senhor trouxe as entranhas da corrupção para fora neste País — cometeu os seus erros, cometeu crimes e está pagando com prisão. Tenho certeza de que a sua família sente a sua prisão, mas o senhor está dando a sua colaboração. Cometeu erros, cometeu crimes, mas está pagando a sua pena. Mas muita gente está solta aqui fora. Muita gente não está cumprindo a sua pena, muita gente ainda não foi identificada, e esta CPI o convocou para que o senhor pudesse dar essa colaboração, nos trazer informações além da PETROBRAS.

E a PETROBRAS cruza com os fundos de pensão, principalmente, na minha visão, na questão da PETROS, tirando a questão das tratativas iniciadas com a POSTALIS, com a FUNCEF, mas a PETROS, principalmente na questão da lavagem do dinheiro obtido da corrupção na PETROBRAS e da PETROS e outros fundos também que investiram na Sete Brasil, e que alguns diretores da PETROBRAS acabaram lavando dinheiro através do Sr. Alberto Youssef.

Eu ouvi atentamente as perguntas dos outros Deputados, as respostas, mas queria uma avaliação do doleiro Alberto Youssef que fez a delação premiada. Como funciona esse esquema de corrupção que o Senhor ajudou a operar dentro do Governo e se esse esquema de corrupção pode ser um espelho dentro dos fundos de pensão? Seria uma colaboração de alguém que entende o lado escuro do poder, de que operou corrupção para pessoas poderosas da nossa República, muitas presas e outras que estão sendo investigadas. Como funciona esse esquema de corrupção, que muitos não ouviram, não acompanharam, e se ele pode ser um espelho dentro dos fundos de pensão? E nós estamos vendo prejuízos bilionários.

A investigação desta CPI é: isso é incompetência ou houve crimes graves lá dentro e nós temos que pegar a ponta desse novelo de lã? Eu queria ouvir do doleiro Alberto Youssef uma resposta inicial dessa análise, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Deixe-me ver se eu entendi, Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como funcionava na PETROBRAS por cima? Como era basicamente o esquema? Eles desviavam o dinheiro, usavam as tuas notas frias, como é que funcionava?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na verdade, NA PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - As empreiteiras te procuravam? Como é que funcionava?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na verdade, num primeiro momento, o José Janene procurava as empreiteiras para que houvesse contribuições com referência aos contratos ganhos na PETROBRAS. E, num segundo momento, já não era mais José Janene. Ele adoeceu, e aí eu fiquei responsável, junto com os Líderes do partido, para cuidar desse assunto.

Na minha visão, as empreiteiras não tinham subfaturamento nos contratos da PETROBRAS, e, sim, pagavam porque tinha uma certa pressão para que elas pagassem. Desse dinheiro, como eu já expliquei nos meus termos de colaboração, 60% ia para o partido que tinha a cadeira do Dr. Paulo Roberto, que era o Partido Progressista, 30% ia para o diretor, 5% eu cobrava das operações que eu fazia, vinha para mim, e 5% eu destinava ao João Cláudio Genu, que, quando o Deputado José Janene era vivo, ele era assessor do Deputado, e isso continuou também depois que o Deputado adoeceu e faleceu.

Quanto à questão dos fundos de pensão, se isso pode acontecer nos fundos de pensão, eu acho que isso pode acontecer em qualquer área pública, não só nos fundos de pensão, infelizmente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Qual é a solução para o nosso País, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho esse remédio, mas eu gostaria muito de ter esse remédio, mas, infelizmente, eu não tenho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem chefiava? Eu vi uma reportagem sua, em outubro do ano passado, em que o senhor dizia que não tinha como operar um esquema do tamanho da PETROBRAS com tantos partidos, tantos políticos envolvidos, que não houvesse conhecimento da Presidência da República e de outras autoridades. O senhor mantém isso no seu depoimento ou ele não existe no seu depoimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu mantenho no meu depoimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Existe esse fato no seu depoimento?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Existe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essas pessoas que operavam em alto nível essa distribuição para políticos aqui dentro do Congresso Nacional lhe contavam que tinham a aprovação superior? Ou, num volume de dinheiro desses, era possível operar um volume desses sem que pessoas de alta capacidade, com caneta na mão, não tivessem conhecimento, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu acho que eu já falei sobre esse assunto, inclusive foi noticiado. Na minha visão, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E eles falavam isso para o senhor? O senhor ouvia que eles tinham aprovação? Como foi feita a escolha? Por exemplo, esses líderes tiveram uma reunião de alto nível para que pudessem colocar o diretor autorizado por alguém superior. É essa a visão que eu li na matéria que saiu.

Por que isso é importante no contexto dos Fundos de Pensão? Nós estamos vendo as indicações políticas para Presidência, conselhos, funções estratégicas dos fundos de pensão e, para mim, isso é um retrato que está acontecendo em várias áreas. Nós temos denúncias todos os dias.

Então, a minha visão é: existe um comando maior que autoriza essas nomeações e que se omite, muitas vezes, e deixa a roubalheira acontecer. Por isso, eu comecei dizendo que, quando diz que não se respeita delator, não está se respeitando a democracia, porque nós votamos a delação premiada dentro desta Casa, para que quem cometesse um crime pudesse se arrepender e colaborar, tentando corrigir o seu erro.

A minha pergunta é esta: há um comando superior, na sua visão, de todo esse esquema de corrupção ou era uma coisa esparsa, sem um comando único? Havia uma organização? O senhor sabia todo mês quem procurar, para quem entregar, visitar? Os tesoureiros do PT que passaram, o senhor tinha contato com eles, com o Sr. Vaccari e com os outros que passaram? Ou nunca tiveram contato com o senhor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu já expliquei no meu termo de colaboração que eu tive um único contato com o Vaccari com referência a pagamento de propina, que foi na questão da Toshiba. Fora isso, todos os meus relacionamentos foram



tratados com Líderes do Partido Progressista. Líderes que eu digo são líderes que, na época, comandavam o partido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Parte dessas doações foi para campanhas políticas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olhe, eu digo que...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esses valores que o senhor tinha das empreiteiras?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na minha visão, 100% eram para financiar campanha. Eu entendo a dificuldade de todos os Srs. Deputados em fazer campanha, de levar o mandato durante os 4 anos. Eu entendo que vocês têm várias demandas e entendo que, na minha visão, isso acaba acarretando em cargos, em diretores, para que possa fazer essa contribuição ao partido e para que alguns tenham campanhas mais benfeitas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Paulo Roberto Costa disse, num dos depoimentos da delação premiada, e já é público, que, junto com o doleiro Alberto Youssef, tiveram algumas conversas com as empreiteiras, que já estão investigadas, e com alguns presos, e que parte desses valores foi pedido que fosse de propina para que fosse doada para a campanha presidencial do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma. O senhor confirma isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não tive esse tipo de conversa com o Paulo Roberto Costa. O Paulo Roberto Costa me fez um pedido, na época, para que eu determinasse à campanha da Gleisi, Senadora, na época. E o segundo pedido foi para que eu determinasse à campanha do Valdir Raupp, na época, em 2010, estou dizendo isso. Eu não me lembro de que tenha mais nenhum outro Deputado ou Senador de outro partido, como ele ventilou no Palocci, e acho que isso já foi esclarecido; como ele ventilou no Humberto Costa, isso já foi esclarecido. Como ele ventilou do Senador Lindbergh e isso não foi esclarecido ainda e não foi comigo, não foi para mim que ele pediu, não foi eu que paguei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E da Senadora Gleisi foi doação oficial ou foi em dinheiro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não, foi dinheiro de caixa dois.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quanto foi, Sr. Youssef?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Um milhão na época.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Um milhão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Eu agradeço ao Deputado Francischini.

Agora, Dr. Alberto Youssef, só cuidado com a generalização, porque ela é muito perigosa. Nem todos utilizaram dos métodos que o senhor disse, vamos separar o joio do trigo para não ter problema aqui. Vou deixar registrado, esperei concluir a fala, mas não tem que ter peninha de quem agiu dessa forma, não. Não se passa a mão na cabeça de ninguém. Se lá se passou, aqui não se passará. Está certo?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Parabéns, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sr. Presidente, não foi isso que eu quis dizer. Eu acho que, se o senhor entendeu dessa maneira, não foi dessa maneira que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ficou dúvida e só agora ficou esclarecido.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Só reafirmando o que V.Exa. acabou de falar, isso é muito importante.

E, segundo, nós temos aqui uma investigação que tem como foco os fundos de pensão. É só lembrar isso, que esse é o foco do seu depoimento, Sr. Youssef, e é isso que nós queremos e estamos dispostos a investigar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concordo, mas cada Deputado usa a palavra como desejar, faz as perguntas que quiser, e, se ele não achar pertinente, ele pode até ter o direito de dizer que não responde, mas eu não posso censurar de forma prévia a participação de cada Deputado. E, volto a insistir, a presença do Sr. Youssef aqui é em virtude de, nos termos de colaboração dele, ter citado relações com os fundos de pensão.



Com a palavra o último inscrito, Deputado Raul Jungmann. Depois dele, farei alguns questionamentos, se não esgotarem a matéria.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite, a essa altura, Sr. Alberto Youssef!

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Boa noite!

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu iniciaria perguntando se o senhor conhecesse algumas das pessoas que eu vou aqui citar e se, com algumas delas, o senhor teve alguma relação em termos de tráfico de influência ou outras relações. E aí eu pediria que o senhor me dissesse as que conheceu, qual o relacionamento e se isso teve algum relacionamento com tráfico de influência, com propina, ou seja, alguma coisa.

O senhor conhece ou teve alguma relação com Luiz Gushiken?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Nenhuma relação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - João Santana?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - João Santana, eu conheço um João Santana, que é Presidente da CONSTRAN ou foi Presidente da CONSTRAN.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, nós estamos falando aqui do marqueteiro.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado.

Antonio Palocci?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não o conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Carlos Borges, Diretor da FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Carlos Alberto Caser, da FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não o conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, aqui, Sr. Presidente, nós temos uma questão a esclarecer. Aliás, um pedido de acareação, porque o Sr. Caser, quando esteve aqui, disse que recebeu a visita do senhor, que foi lá negociar



investimentos. Está aqui no depoimento dele, e o senhor acaba de dizer que não o conhece.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu disse aqui que eu fui à FUNCEF e que fiz a apresentação para as duas pessoas da FUNCEF e que eu não me lembrava do nome. E eu fui bem claro aqui, já falei isso aqui atrás.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Interessante, Sr. Alberto, porque o senhor é lembrado. O senhor não lembra, o senhor vai propor um negócio de milhões e não lembra, parabéns, o senhor merece o nome de empresário que está aí.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Realmente, não me lembro. Faz 2 anos que isso aconteceu, 1 ano e 8 meses. Eu não o conhecia. Eu fui lá para uma entrevista marcada pelo Deputado André.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - André Vargas?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor não sabe com quem o senhor esteve lá?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - E lá ele se apresentou e me deu um cartão. Eu guardei esse cartão, e esse cartão ficou no escritório.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, o senhor fez uma exposição para duas pessoas lá e o senhor não lembra com quem o senhor falou, 2 anos atrás?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Realmente, eu não lembro, senão, eu teria dito. Não tem porque omitir uma informação dessas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não me cabe fazer juízo subjetivo, Sr. Youssef.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu apenas levo aqui em conta as suas respostas objetivas.

O senhor conhece o Sr. Alexandre Siqueira, do Grupo PAR?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não o conheço, pelo menos não me lembro de tê-lo conhecido. Eu sei que foi me apresentada, na época, essa questão



de pontuações de uma empresa de *startup* na questão de pontos, para que eu fosse um dos investidores.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, sobre isso, me permita complementar a pergunta.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - E eu, na época, não tinha recursos para que eu fizesse investimentos nessa área e, por isso, não o fiz.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Esse diretor da FUNCEF, aliás, da POSTALIS, especificamente, não seria o Sr. Alexej Predtechensky, que teria lhe feito uma proposta em termos de uma empresa de pontuação da PAR?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olhe, quem comentou sobre esse assunto, quem me apresentou esse assunto, foi o Alexej.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É dele que eu estou falando. O Predtechensky?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu o conheço como Alexej.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois é, mas nós o conhecemos aqui como Predtechensky. Veja o senhor, isso não é nada, são irrelevâncias.

Eu quero só perguntar ao senhor o seguinte: ele procurou o senhor propondo objetivamente o quê?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Se eu gostaria de fazer investimento nessa empresa e se eu gostaria de comprar cotas dessa empresa. E ele me apresentou a empresa. Infelizmente, na época — ou felizmente — a GFD não tinha dinheiro. A gente estava focado em colocar todos os nossos recursos na empresa Marsans, e aí não foi possível fazer investimento nessa empresa. Não tivemos interesse.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor lembra em que ano foi isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Pode ser 2012, 2013.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor não estranha o fato de que, em 2012 ou 2013, o Sr. Predtechensky presidia o fundo POSTALIS e estava propondo uma negociação de pontos com a PAR Facilities?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olhe, que eu me lembre ele não estava mais na Presidência da POSTALIS.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ele deixou a Presidência do POSTALIS, Sr. Alberto Youssef, porque foi impedido de continuar operando no mercado. Ele tinha 32 autuações da PREVIC e já tinha um histórico bastante negativo. Mas ele vem da POSTALIS fazendo negócios com a PAR Facilities, é isso? Ou propondo um esquema de pontuação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Ele me apresentou isso através de um outro conhecido de mercado, que era o Sr. Cris. Eu não tenho o sobrenome dele agora. E aí, por intermédio do Sr. Cris, que ele foi e me apresentou essa empresa de pontuação.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Wagner Pinheiro, ex-PETROS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ele é dos Correios também.

Adilson Florêncio, ex-POSTALIS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Esse eu conheci lá em 2002, 2003. Uma vez que eu vim a Brasília, acabei o conhecendo, mas eu não me lembro quem foi que me apresentou. Mas eu o conheci, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor recorda em torno de que se deu esse conhecimento? Algum negócio, alguma transação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não teve nenhum negócio. Que eu lembre, não teve.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor conhece o Antonio Carlos Conquista, ex-PETROS e FUNCEF?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.

Veja, o senhor tinha relações empresariais com a Engevix, correto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É, na verdade eu tinha relações empresariais com a Engevix referentes a contratos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Com a PETROBRAS?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Que ela tinha com a PETROBRAS na questão do abastecimento, na Diretoria de Abastecimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.



A Engevix contratou o Sr. Milton Pascowitch como lobista para captar recursos dos fundos de pensão, correto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Depois, o Sr. Milton Pascowitch pagou ao Sr. José Dirceu a quantia de 2 milhões de reais, relativos a consultorias e palestras.

A pergunta que eu faço ao senhor é: o senhor tem conhecimento dos motivos pelos quais o seu cliente — no caso, a Engevix — pagou ao Sr. José Dirceu tais valores através do Milton Pascowitch, captador de recurso de fundo de pensão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.

O senhor era sócio, associado ou proprietário da CSA Project Finance?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o senhor não tem nenhuma relação com a Project Finance?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, senhor, relação nenhuma.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor tem conhecimento de que, num depoimento prestado à Polícia Federal, o seu advogado na época, Carlos Alberto Pereira da Costa, indicou que o Sr. Grault... Aliás, o senhor conhecia o Sr. Humberto Grault?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não o conhecia também?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O Sr. Grault foi contratado pela CSA para agenciar negócios com a PETROS em agosto de 2014? Aliás, esse depoimento é que é de 2014, perdão. Mas o senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Só depois dos fatos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o senhor não teve nenhuma interferência com relação a isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nenhuma interferência.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, não temos Presidente, temos Relator-Presidente, temos Relator-Presidente. (*Risos.*) Eu encerro por aqui o meu questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Deputado Jungsmann.

Eu consulto o Plenário: alguém mais deseja indagar o depoente?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero fazer um questionamento. Na minha colocação anterior, eu havia questionado se o senhor conhecia o Vaccari. Eu não me senti suficientemente esclarecido do ponto de vista da sua relação com o Vaccari, como ela se dava. Se o senhor o conhecia, se tinha uma relação com ele, e em que termos se dava essa relação.

O depoente anterior disse que o senhor esteve várias vezes com o Vaccari no escritório que fazia parte da CSA e que lá fizeram reuniões. E ele afirmou categoricamente, com todas as palavras, que tem convicção, tem certeza de que vocês tratavam de abrir portas em fundos de pensão — na fala dele, não necessariamente na do senhor. Mas eu queria saber qual era sua relação com o Vaccari.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - A minha relação com Vaccari é totalmente superficial. Inclusive sobre a questão dos valores que a Toshiba pediu que eu enviasse ao Vaccari, nem foi ele que recebeu, não entreguei diretamente a ele; entreguei a terceiros. Então, a minha relação com ele realmente era superficial. Se o Carlos Alberto Pereira da Costa disse isso aqui, essa é realmente uma fala dele, e não é verdade.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor não nos respondeu do que tratava com ele. Eu perguntei: *“O que o senhor tratava com o Vaccari?”* O senhor falou que teve algumas conversas com ele, mas que não era sobre fundo de pensão. O que era?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - As conversas que eu tive com o Vaccari foram conversas rápidas, em restaurantes, em encontros. Às vezes ele almoçava nos mesmos restaurantes em que eu estava almoçando. E, na saída, a gente se encontrava. Às vezes, eu estava com algum empresário, e ele também conhecia



esse empresário. Então, essa conversa era totalmente formal, sobre política, sobre economia — eu já expliquei isso aqui. E, na vez em que ele me procurou no meu escritório, para conversar comigo não sei a respeito do que, eu não estava. Eu já expliquei isso várias vezes em todos os meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não sei se foi perguntado, porque eu tive que me ausentar por alguns minutos, em função do Estatuto do Desarmamento, mas o senhor conhece um operador de mercado, um gestor como o senhor, Fabrizio Neves?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele confundiu com outro Fabrício, que não era esse especificamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, ele não conhece o Fabrício?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Bem, esgotadas as perguntas, restaram-me dois questionamentos, e eu vou me permitir questioná-lo.

Chamou a minha atenção a sua fala sobre a Engevix. Você reportou que passou notas fiscais frias, para justificar o recebimento de comissões referentes à Engevix. Confere essa informação? Confere? (*Pausa.*)

Você sabe que a Engevix, o Fundo Cevix foi bancado com 250 milhões de reais da FUNCEF? Era do seu conhecimento que dinheiro dos fundos de pensão abastecia a Engevix. Portanto, esse dinheiro dessas comissões, dessas propinas podem ter tido origem nos fundos de pensão? Era do seu conhecimento como a Engevix havia sido capitalizada, ou melhor, o FIP Cevix?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - As notas fiscais que eu emiti contra a Engevix na verdade foram contra o consórcio que fez a obra da RNEST; não foi diretamente Engevix. Quanto à questão do estaleiro do qual a Engevix é proprietária, no Rio Grande do Sul, eu tinha conhecimento de que tinha investimento da FUNCEF, sim, mas por ouvir dizer. Todo mundo do mercado sabia que a FUNCEF tinha participação com a Engevix no estaleiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só uma última pergunta sobre essas notas. O escopo delas, o objeto delas era relativo a fundos de pensão, porque esse *modus operandi* foi utilizado pelo José Dirceu e pelo Milton Pascowitch, que já esteve aqui, nesta Comissão — e na delação pública dele tem mais de 3 milhões de



reais em notas fiscais frias, para recebimento de comissões. E o escopo é exatamente a articulação junto a fundos de pensão para arrecadação de valores.

As suas notas têm esse escopo também?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não tinha esse escopo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu sei que o senhor está lá em Curitiba. É do seu conhecimento que a Meire Poza, sua então contadora, está querendo lançar um livro? O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu ouvi dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não lhe preocupa, não?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Nem um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomada depoimento dos Srs. Guilherme Narciso de Lacerda, ex-Presidente da FUNCEF, Antônio Luís de Mello e Souza, sócio-diretor da ASM Asset Management, e Luiz Fernando Lopes Filho, administrador cadastrado pela empresa LF Rating junto à CVM, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 29 de outubro, às 9h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Peço a atenção e esclareço a todos que ainda aguardamos a confirmação da agenda, para a próxima quinta-feira ou para semana que vem, do Sr. Eike Batista, para esclarecer sobre eventual *lobby* na Sete Brasil. Se não ficar para a próxima quinta-feira, será para semana seguinte.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.